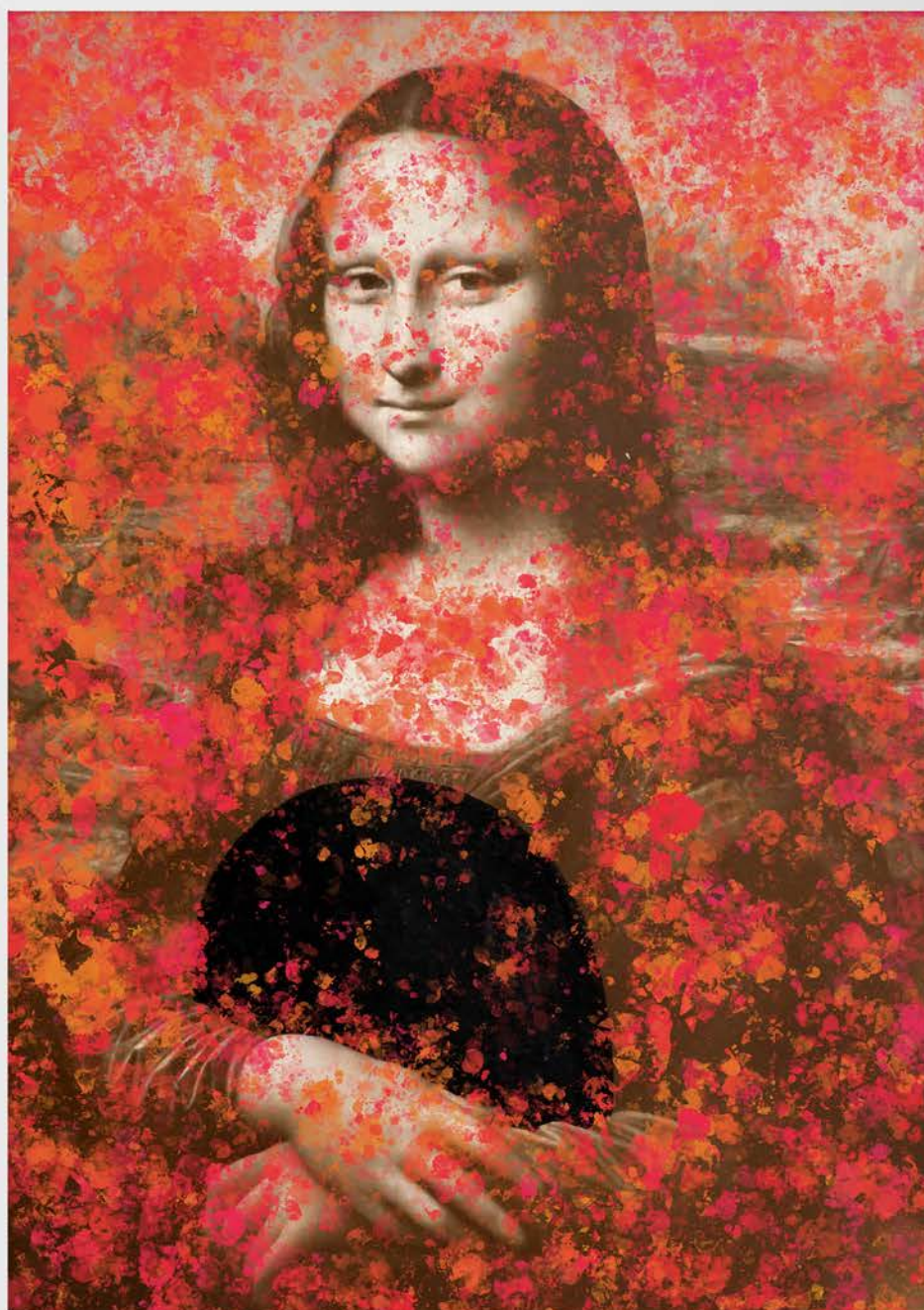


DESCENDÊNCIAS

MAGAZINE





Especialização local, acompanhamento internacional 25 anos de consultoria contabilística e fiscal personalizada

Acompanhamos empresários, investidores e particulares na sua instalação e desenvolvimento em Portugal, com segurança fiscal, clareza financeira e soluções à medida. Combinamos um profundo conhecimento local com uma visão internacional, transformando a complexidade administrativa e fiscal portuguesa numa oportunidade estratégica.

Tem um projeto em Portugal? Fale connosco



06 e 07.

A instituição do Dia do Lusodescendente. Por Cláudia Branco, Vice-presidente da AILD

45 Anos do Conselho das Comunidades Portuguesas. Por Gilda Pereira, Presidente da AILD

12.

Grande Entrevista

Ana Isabel Xavier

Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação

30.

CCP Construir o Futuro. Prioridades para a Comunidade Portuguesa na Ásia

Por Rui Marcelo

N E S T A E D I Ç Ã O

40.

Artes & Artistas Lusos

Jonathan Afonso

46.

Ambiente Um país pintado de verde

Por Vítor Afonso

72.

Viagem Lusitana, Lisboa, Rainha Menina

Por Isalita Pereira

Obra de capa

Artista Plástico: Manuel Casimiro

Dimensões: 140 x 96

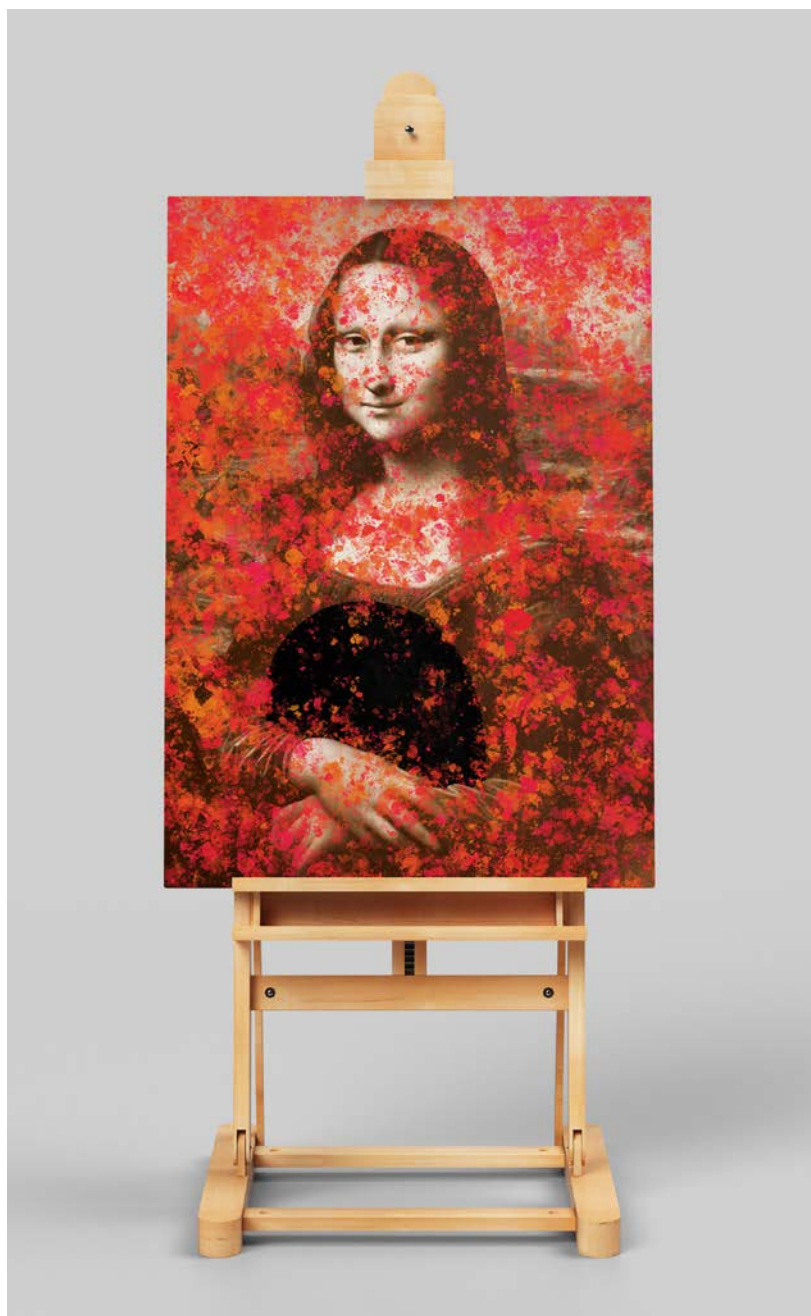
Técnica: Pintura Digital

Intervenção Casimiriana na Mona Lisa

Sétima experiência monalisante

É interessante termos mencionado o trabalho do açougueiro como que de certo modo comparado ao do artista, pois, enquanto um vai recortando pedaços e manipulando o objecto, o outro, acrescenta pedaços estranhos à composição primordial. Se a carne da imagem é transfigurada pelo artista soberano, manejando-a a seu bel-prazer e de acordo com a sua disposição momentânea, esta variação da Mona Lisa repercute o trabalho de desmembramento ou de evisceração da imagem. Daí a sanguinolência, a ferocidade salpicada de manchas, tinturas sanguíneas que vão escorrendo da imagem, quase como a metáfora perfeita do trabalho de operação cirúrgica. Há também estranhas passagens cromáticas alaranjadas ou tangerinas que se associam numa dualidade com o carmesim saturado, para não deixar que o vermelho choque o bom gosto do observador. (...)

Rodrigo Magalhães
Historiador de arte



obrasdecapa.pt

F T

Diretora Fátima Magalhães | **Diretora Adjunta** Gilda Pereira | **Editores** António Manuel Monteiro, Carolina Cunha, Diana Correia, Eduarda Oliveira, Joaquim Magalhães de Castro, Isalita Pereira, Lúcia Marques, Madalena Pires de Lima, Mafalda Lourenço, Marco Neves, Maria do Carmo Mendes, Marta Costa, Melissa da Silva, Paula Cristina Veiga, Paulo Dinis, Philippe Fernandes, Rodrigo Magalhães, Sarah Luz, Sara Nogueira, Vera Diniz, Vítor Afonso | **Revisão** Daniela Sousa | **Design Gráfico** Amostra de Letras | **Estatuto editorial** <https://descendencias.pt/estatuto-editorial/> | **Editor e Proprietário** Amostra de Letras Unipessoal Lda, NIF 515975591 | **Administração** Fátima Magalhães - 100% capital | **Periodicidade** Mensal | **Contactos** E: info@descendencias.pt W: descendencias.pt T: 309 921 350 | **Publicidade** E: publicidade@descendencias.pt | **Anúncios** A Amostra de Letras Lda, não é responsável

pelo conteúdo dos anúncios nem pela exatidão das características e propriedades dos produtos e/ ou bens anunciados. A respetiva veracidade e conformidade com a realidade são da integral e exclusiva responsabilidade dos anunciantes e agências ou empresas publicitárias | **Direitos** Em virtude do disposto no artigo 68º n.º2, i) e j), artigo 75º n.º2, m) do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos artigos 10º e 10º Bis da Conv. de Berna, são expressamente proibidas a reprodução, a distribuição, a comunicação pública ou colocação à disposição, da totalidade ou parte dos conteúdos desta publicação, com fins comerciais diretos ou indiretos, em qualquer suporte e por qualquer meio técnico, sem a autorização da Amostra de Letras Lda | **Sede Editor/Redação** Rua dos Almocreves, 44 4455-029 Lavra - Matosinhos | **Registo ERC** 127522 | **Edição** 67, julho 2026 - GRATUITA.

Editorial

Caros Leitores

Julho, um mês de profunda reflexão e celebração da portugalidade, convida-nos a um olhar introspectivo sobre a nossa identidade multifacetada. Esta edição da Descendências espelha precisamente essa jornada, começando com a Obra de Capa de Manuel Casimiro, que nos desafia a uma reflexão sobre o que fomos e o que estamos a tornar-nos, uma metáfora visual para a constante evolução da nossa nação. Nesse espírito de reconhecimento e futuro, mergulhamos na vitalidade da nossa diáspora. A proposta de instituição do Dia do Lusodescendente e a criação de um Estatuto próprio e a celebração dos 45 Anos do Conselho das Comunidades Portuguesas sublinham a importância de fortalecer os laços com os milhões de portugueses espalhados pelo mundo. Esta visão global é aprofundada ao explorarmos as Prioridades para a Comunidade Portuguesa na Ásia, um apelo à construção de um futuro estratégico e coeso, e revisitamos a história da emigração portuguesa para a Venezuela, bem como os Retratos da nova emigração, que humanizam a experiência de quem constrói percursos internacionais sem perder a conexão com Portugal. A própria Magna Natura, empresa do mês, personifica essa ligação emocional às origens, transformando a cortiça, símbolo da portugalidade, em design de excelência global. A diplomacia e a presença de Portugal no cenário internacional são destacadas na Grande Entrevista com Ana Isabel Xavier, Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, que aborda a complexidade do panorama global e o papel de Portugal como construtor

de pontes. A nossa herança marítima e a capacidade de explorar novos horizontes são evocadas na Carta do Bornéu: A cidade de pedra, que nos transporta às viagens de Magalhães e à presença portuguesa no Sudeste Asiático. As artes e a cultura, pilares da nossa identidade, florescem nesta edição. Conhecemos o percurso do artista Jonathan Afonso na rubrica Artes e Artistas Lusos, e somos embalados pelo poema Farol da Boa Nova. A lente de Ferreira da Cunha revela-nos a Lisboa de outrora, enquanto a própria Lisboa, Rainha Menina, nos conta o seu Fado, uma canção que ecoa a alma de Portugal. Exploramos também a fascinante questão: Qual é a língua mais antiga do mundo?

Não faltam também temas que nos convidam a pensar o presente e o futuro. A sustentabilidade é abordada em “Um país pintado de verde”, enquanto a Consulta do Viajante, oferece orientações essenciais para quem explora o mundo. Há espaço para a leveza e o sabor com os Manjares Lúbricos, uma descoberta humorística da história dos alimentos afrodisíacos. E, num olhar crítico sobre as políticas públicas, o artigo “O IVA a 6%” dissecou a complexidade da legislação fiscal na habitação, um tema que afeta diretamente a vida dos cidadãos. Entre a memória e a modernidade, as raízes e o rumo, esta edição da Descendências é um convite a celebrar a pluralidade de Portugal, um país que se reinventa constantemente sem perder a sua essência.

Boas leituras!

Novo encontro marcado para agosto.



Fátima Magalhães
Diretora

EM DESTAQUE

A instituição do Dia do Lusodescendente e a criação de um Estatuto próprio

A história das nações escreve-se através do reconhecimento das suas realidades mais profundas. Portugal, país moldado pela partida e pelo encontro, enfrenta hoje o desafio de olhar para a sua diáspora não apenas como um retrato de quem partiu, mas como uma rede global de quem continua a sentir-se parte. É neste contexto que surge a proposta de instituição do Dia do Lusodescendente e a criação de um Estatuto próprio, iniciativa que marca um ponto de viragem na relação do Estado com as suas gerações mais jovens no estrangeiro. O aspeto mais notável desta proposta reside na sua origem.

A Associação Internacional dos Lusodescendentes (AILD), **com apenas seis anos de existência**, demonstrou uma maturidade e visão estratégica invulgares. Ao apresentar um dossier de fundamentação técnica, sócio-política e jurídica de elevada complexidade, a AILD posicionou-se como o motor de uma reforma necessária, provando que a sociedade civil organizada pode ser protagonista na definição de políticas públicas de soberania.

A proposta assenta na premissa de que o lusodescendente não é um emigrante no sentido tradicional. Enquanto a primeira geração vive a transição entre duas culturas, os lusodescendentes crescem imersos em múltiplas referências.

Reconhecer esta singularidade exige mais do que a inclusão genérica no “10 de Junho”. O Dia de Portugal, Camões e das Comunidades Portuguesas, embora fundamental, mantém

um foco simbólico que nem sempre traduz a vivência transnacional e a modernidade das novas gerações. Esta nova visão abrange também as comunidades históricas que, desde o século XVI, preservaram um acervo identitário único em vários pontos do globo, mantendo tradições, apelidos e expressões linguísticas de origem portuguesa ao longo de séculos de resistência cultural.

A instituição de uma data autónoma e a criação de um estatuto — que a AILD propõe estender até à quarta geração e a membros destas comunidades históricas — visam conferir direitos jurídicos e equidade. Desde a simplificação do reconhecimento académico até ao reforço da participação política, o objetivo é transformar o sentimento de pertença num vínculo efetivo.

Com cerca de 31 milhões de portugueses e lusodescendentes pelo mundo, Portugal tem nesta rede um ativo estratégico inestimável nas áreas económica, científica e diplomática.

A iniciativa da AILD é um apelo à modernização da visão de Portugal sobre si próprio. Ao propor estas medidas, a associação não está apenas a pedir um dia no calendário; está a desenhar o futuro de uma nação global, ligada por laços que transcendem a geografia e que se renovam em cada geração que escolhe manter a sua portugalidade viva.

É a prova de que seis anos de dedicação, podem mudar o rumo das próximas décadas.



Cláudia Branco
Vice-presidente

| A I L D

45 Anos do Conselho das Comunidades Portuguesas

No dia 29 de Junho, teve lugar no palácio das necessidades, a comemoração dos 45 anos do Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP), um marco significativo que reflete a importância da diáspora portuguesa em todo o mundo. O evento, realizado em Lisboa, reuniu representantes de comunidades portuguesas de diversos países, destacando a relevância da união e do fortalecimento da identidade cultural.

Fundado em 1981, o CCP foi criado para promover a integração e a representação das comunidades portuguesas no exterior. Desde o seu início, o conselho tem trabalhado para assegurar que as vozes dos portugueses dispersos pelo mundo sejam ouvidas, contribuindo para a preservação da cultura, língua e tradições.

A presença e participação ativa das comunidades portuguesas são fundamentais para a manutenção da identidade cultural e histórica. O CCP desempenha um papel crucial não apenas na defesa dos direitos dos portugueses no exterior, mas também na promoção de laços entre as diversas comunidades.

O CCP desempenha um papel crucial não apenas na defesa dos direitos dos portugueses no exterior, mas também na promoção de laços entre as diversas comunidades.

Os 45 anos do Conselho das Comunidades Portuguesas são uma celebração da resiliência, da cultura e do espírito comunitário que define a diáspora portuguesa. À medida que avançamos, é essencial continuar a fortalecer essas conexões e promover a rica herança portuguesa em todo o mundo.

Durante o evento, foi enfatizada a relevância dos representantes dos diferentes partidos políticos e das regiões autóno-

mas. Os representantes das regiões autónomas, como Açores e Madeira, têm um papel crucial na emigração e nas comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo. Eles atuam como pontes entre as suas regiões e as comunidades no exterior, facilitando o diálogo e promovendo iniciativas que beneficiem os portugueses fora de Portugal.

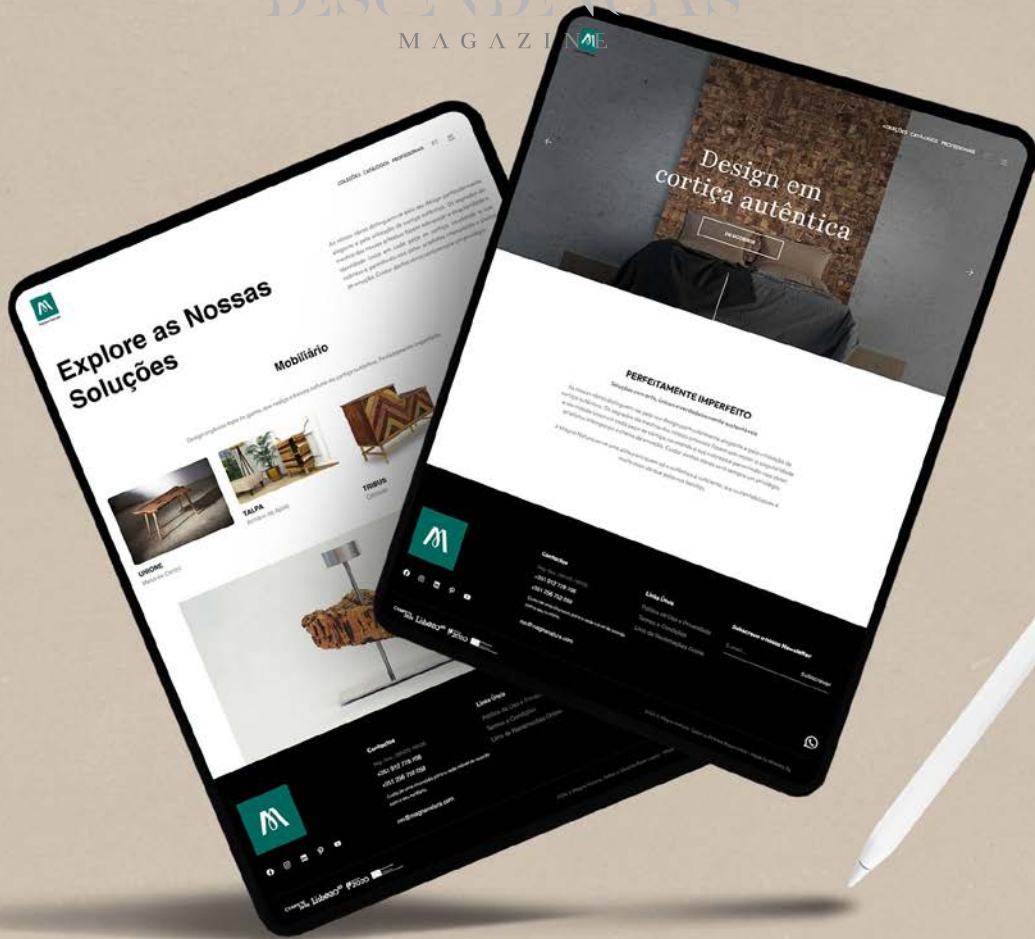
Uma das questões abordadas no evento foi a importância do ensino da língua portuguesa no estrangeiro. Foi discutida a necessidade de ampliar a rede de ensino de português de forma positiva, garantindo que as novas gerações, independentemente de onde tenham nascido, tenham acesso à aprendizagem da língua e da cultura portuguesa. A expansão dessa rede é vista como uma forma essencial de preservar a identidade cultural e de fortalecer os laços entre as comunidades e Portugal.

A doutora Manuela Aguiar foi indicada como sendo a mãe do Conselho das comunidades portuguesas uma vez que foi a primeira Secretária de Estado das Comunidades, cargo que ocupou entre 1985 e 1987 e ainda hoje é reconhecida pela sua visão e dedicação às comunidades portuguesas.

Após as intervenções dos convidados, ficou evidente um ponto de reflexão importante: o futuro do CCP. Os participantes discutiram se o conselho deveria ser apenas um órgão consultivo ou se seria necessário avançar para um papel mais ativo e executivo. Essa questão levantou a necessidade de pensar em como o CCP pode tornar-se mais eficaz na defesa dos direitos e interesses das comunidades portuguesas no exterior, promovendo uma atuação mais robusta e integrada.



Gilda Pereira
Presidente



EMPRESA ASSOCIADA

Magna Natura

O que representa, na perspectiva da liderança, conduzir um projeto que emerge de uma relação tão íntima com o mundo natural e que assume como missão primordial a devolução de valor à terra através de produtos de excelência?

Conduzir a Magna Natura é, antes de mais, assumir um compromisso com algo que nos transcende: a natureza enquanto fonte de inspiração, mas também enquanto responsabilidade. Este projeto nasce de uma relação profundamente íntima com o montado de sobro e com a cortiça — um material extraordinário que carrega em si tempo, resiliência e identidade. É aceitar que há histórias na matéria-prima — histórias que não nos pertencem, mas que nos são confiadas. No entanto, mais do que uma continuidade de tradição, a Magna Natura é uma afirmação contemporânea dessa ligação. Procuramos transformar a cortiça autêntica — na sua forma mais pura — em objetos de design que devolvem valor à terra, não apenas no plano ambiental, mas também cultural e estético. Cada peça que criamos traduz esse equilíbrio entre natureza e intervenção humana, entre matéria-prima

e inteligência criativa. Assim, liderar este projeto é também interpretar e traduzir a natureza em linguagem de design, criando soluções que são simultaneamente sustentáveis, intemporais e emocionalmente significativas.

A Magna Natura alicerça-se na autenticidade e na força telúrica do território. De que forma é que esta identidade profunda é convertida num posicionamento de mercado que seja, simultaneamente, competitivo e distintivo perante a oferta global?

A nossa diferenciação começa na própria natureza da matéria-prima: a cortiça autêntica. Mas é no design e na forma como a trabalhamos que criamos verdadeiro valor. Transformamos uma identidade profundamente ligada ao território num posicionamento global que privilegia exclusividade, sustentabilidade e estética.

Num mercado cada vez mais homogêneo, a Magna Natura destaca-se por oferecer peças únicas, onde cada imperfeição natural se torna parte da narrativa.



Américo Magalhães, Diretor Executivo da Magna Natura

O trabalho com matérias-primas nobres e processos de produção singulares define a marca. Como é que esta filosofia de respeito absoluto pelos materiais influencia o ciclo de inovação e o processo criativo de novos produtos?

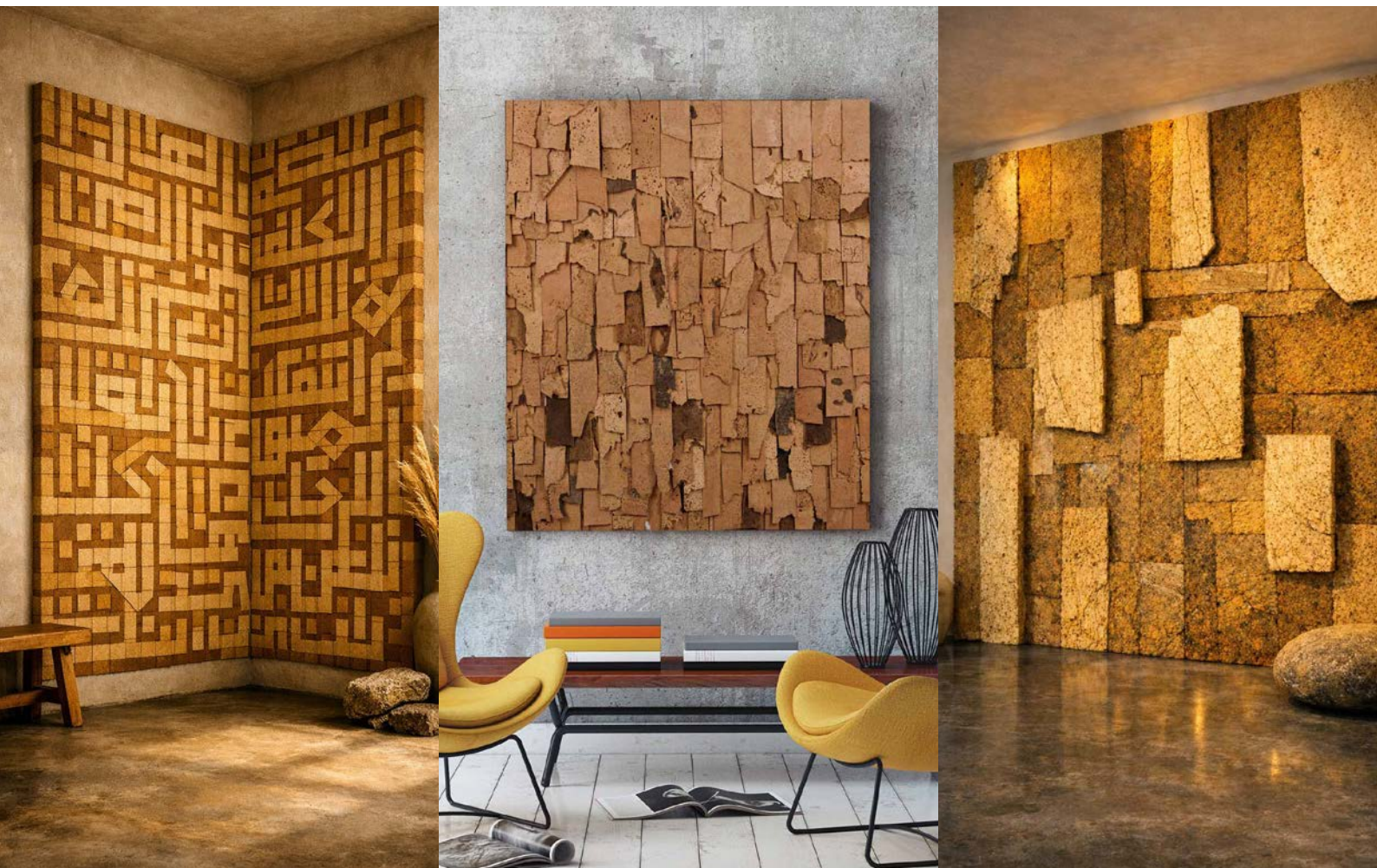
Na Magna Natura, a inovação não surge em oposição à natureza, mas em diálogo com ela. O conceito de design para a sustentabilidade orienta todo o nosso processo criativo, desde a concepção até à concretização.

Observar a cortiça na sua forma mais pura, compreender as suas marcas, aceitar as suas imperfeições. Ao contrário de outros materiais, não a dominamos — dialogamos com ela. Trabalhar com cortiça autêntica implica aceitar as suas especificidades e transformar essas características em oportunidades criativas. Cada peça exige uma abordagem sensível, onde o respeito pela matéria-prima é fundamental. Não impomos uma forma à cortiça; procuramos antes revelar aquilo que ela já contém. Acreditamos que o verdadeiro design não impõe, mas revela.

É um processo quase intuitivo, onde a matéria orienta a forma e onde a sustentabilidade não é uma escolha, mas uma consequência natural.

A internacionalização exige uma narrativa coerente e um planeamento rigoroso. Como tem sido a experiência de apresentar a alma da Magna Natura ao mercado global e que tipo de receptividade tem encontrado junto de públicos culturalmente diversos?

A internacionalização tem sido uma experiência extremamente enriquecedora, sobretudo porque o nosso discurso encontra eco em diferentes culturas. Existe um público global que valoriza autenticidade, materiais naturais e design com significado. A receção tem sido muito positiva, especialmente junto de segmentos que procuram soluções diferenciadoras e emocionalmente envolventes. A cortiça autêntica, com a sua imperfeição única, torna-se assim um elemento de identidade universal.



Num mercado onde o consumidor exige transparência e rigor ético, que mecanismos são implementados para garantir que cada peça entregue reflète, com total fidelidade, os valores e a promessa da marca?

Garantir a coerência entre os valores da marca e o produto final começa na origem da matéria-prima e prolonga-se em todo o processo produtivo. Trabalhamos com cortiça que é muitas vezes subvalorizada pela indústria, valorizando-a através de processos essencialmente artesanais. O resultado são peças únicas, não industrializáveis, que refletem autenticidade, durabilidade e um compromisso real com a sustentabilidade.

A ligação emocional às origens é um valor que ressoa fortemente na comunidade lusodescendente. De que maneira a “portugalidade” e a herança cultural influenciam a forma como a marca se posiciona e comunica a sua singularidade no palco internacional?

A cortiça é, sem dúvida, um símbolo de Portugal. No entanto, durante muito tempo foi associada quase exclusivamente à rolha ou a aplicações técnicas. A Magna Natura contribui para alterar essa percepção, mostrando ao mundo o potencial da cortiça como material nobre no design e na arquitetura. Esta abordagem reforça a portugalidade, não apenas como herança, mas como proposta contemporânea e inovadora.

O crescimento sustentado de uma marca de prestígio depende de parcerias sólidas. Que tipologia de alianças estratégicas é considerada essencial para consolidar o percurso da Magna Natura nos próximos anos?

Acreditamos muito na ideia de proximidade — mesmo quando trabalhamos à escala global. As parcerias que procuramos são, acima de tudo, relações de confiança. Pessoas que compreendam o que estamos a fazer, que sintam a matéria-prima e que consigam transmitir essa autenticidade. O crescimento sustentado da Magna Natura passa, naturalmente, pelo esta-



belecimento de parcerias alinhadas com a nossa visão. Procuramos parceiros que compreendam o valor da autenticidade e saibam comunicar a diferença entre a cortiça autêntica e soluções industrializadas. Neste contexto, a diáspora portuguesa assume um papel particularmente relevante. Trata-se de agentes que, simultaneamente, compreendem a matriz cultural da marca e possuem conhecimento profundo dos mercados internacionais. Mais do que parceiros comerciais, vemos nestas relações uma extensão da própria identidade da marca.

Olhando para a próxima década, qual é a marca que a Magna Natura pretende deixar no setor e como espera ser reconhecida pelas futuras gerações de consumidores conscientes?

A nossa visão é afirmar a Magna Natura como uma referência internacional no design com cortiça autêntica. Queremos contribuir para que este material seja reconhecido ao

mesmo nível de outros materiais nobres na arquitetura e no design de interiores. Mais do que isso, pretendemos inspirar uma nova geração de consumidores a valorizar produtos duradouros, sustentáveis e com identidade.

A AILD está a criar uma rede internacional de pessoas que se vão poder interligar e colaborar entre si. Como vê este projeto e quais as vossas expectativas agora que fazem parte da associação?

A AILD representa uma oportunidade estratégica para criar pontes entre profissionais e projetos portugueses em todo o mundo. Acreditamos que esta rede pode potenciar sinergias relevantes, promover a inovação colaborativa e aumentar a visibilidade internacional de iniciativas como a Magna Natura. Estamos entusiasmados por fazer parte de uma comunidade que valoriza a ligação entre identidade e ambição global.



Vera Diniz

Diretora Geral AILD - Negócios & Empresas

GRANDE ENTREVISTA

ANA ISABEL XAVIER

SECRETÁRIA DE ESTADO DOS
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E
DA COOPERAÇÃO

Ana Isabel Xavier aborda a complexidade do cenário internacional atual, destacando a importância de uma matriz de atuação de longo prazo e a interdependência crescente entre a política externa e a vida quotidiana dos cidadãos. A entrevista explora o papel de Portugal como construtor de pontes no multilateralismo, a sua credibilidade internacional e a relevância dos seus ativos estratégicos, como a língua portuguesa e a Zona Económica Exclusiva. Uma perspetiva valiosa sobre os desafios e oportunidades que Portugal enfrenta no panorama global, e a forma como a diplomacia se torna um pilar essencial para a estabilidade, segurança e desenvolvimento do país.



© Tiago Araújo

O seu percurso académico e profissional sempre esteve profundamente ligado às áreas da segurança, das Relações Internacionais, da estratégia e da geopolítica, muito antes de assumir funções governativas. Num tempo em que a política tende, muitas vezes, a privilegiar ciclos curtos e respostas imediatas, sente que a sua formação mais analítica e estratégica lhe permite olhar para os desafios internacionais com uma profundidade diferente?

É verdade que a política atual vive, muitas vezes, condicionada pela espuma dos dias. E é aí que as Relações Internacionais são importantes, porque nos permitem olhar para o mundo que nos rodeia e compreender as dinâmicas de forma aprofundada. Permite que nos detenhamos sobre quadros teóricos analíticos que não podem ser nem reativos, nem de circunstância ou contexto, porque o que gerimos hoje é o resultado de tendências, ciclos, padrões que, na verdade, se desenham com cadência e regularidade. Por outras palavras, as Relações Internacionais ensinam-nos

que nenhum acontecimento deve ser visto de forma isolada, mas sim como parte de um tabuleiro global, onde convergem diferentes atores, com diferentes interesses, objetivos e até concepções de poder.

Por isso, também a política externa não se pode guiar por uma matriz de atuação de curto prazo. Um pensamento mais analítico e estratégico é essencial para definir e executar políticas públicas, antecipar cenários, dar prioridade aos interesses permanentes do Estado, garantir a segurança e a estabilidade. Desempenhar funções governativas é assumir este foco de responder às exigências do presente, mas sempre com a consciência clara do que é estrutural e que o “combate político diário” não pode ser trocado por uma visão de longo prazo.

De que forma esse percurso, feito entre investigação, pensamento estratégico, ensino e reflexão sobre segurança internacional, moldou a governante que é hoje e a forma como interpreta o papel de Portugal no mundo?





Esse percurso moldou-me num princípio que, para mim, é fundamental: não há capacidade de decisão sem compreender a realidade. Essa é a chave para qualquer decisor político dar prioridade ao rigor dos factos e não à desinformação, à clareza na comunicação e não ao ruído mediático, ao diálogo e à moderação e não ao fundamentalismo. Não se pode ser um decisor nem por impulso, nem de impulsos! A ação governativa deve ser fundamentada, ponderada e sustentada!

Quanto ao papel de Portugal no mundo, vimos muito recentemente na nossa campanha bem-sucedida a um lugar não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, como Portugal é reconhecido como um construtor de pontes e um ator insubstituível na promoção do multilateralismo e na defesa intransigente dos Direitos Humanos, paz e segurança. Portugal apresenta uma credibilidade internacional irrepreensível como interlocutor fiável e cumpridor, com uma centralidade atlântica única e uma ligação histórica profunda a vários continentes.

Não somos um país pequeno e muito menos irrelevante como parceiro indispensável na arquitetura europeia e internacional. Como decisores políticos, cabe-nos potenciar as oportunidades ao máximo!

Ao longo da sua carreira, trabalhou e estudou temas relacionados com defesa, segurança internacional, terrorismo, alianças estratégicas e equilíbrio geopolítico. Quando olha para o panorama internacional atual, marcado pela guerra na Europa, pela crescente tensão entre potências globais, pela instabilidade no Médio Oriente e pela redefinição das cadeias de influência mundial, sente que o mundo atravessa apenas uma fase particularmente complexa ou estamos perante uma transformação estrutural da ordem internacional tal como a conhecíamos nas últimas décadas?

É muito curiosa essa pergunta, porque nas Relações Internacionais estamos sempre à procura de momentos definidores de uma nova era ou transformadores da ordem mundial como a conhecemos: o fim da segunda guerra mundial e a criação da ONU, o fim da guerra fria e a queda do muro de Berlim, o 11 de Setembro, a pandemia, a invasão ilícita e ilegítima da Ucrânia... O que é que verdadeiramente conduz a uma reconfiguração ou transformação estrutural

da ordem internacional? Talvez seja redutor olhar para acontecimentos isolados como fases de complexidade cíclica. Inclino-me claramente para uma argumentação de acumulação de crises sucessivas, de tendências crescentes que foram revelando e acelerando uma escala, simultaneidade e profundidade que identificamos na realidade atual.

Claramente que há uma série de pressupostos que sempre tivemos como adquiridos que hoje estão a ser questionados: um mundo multipolar mais fragmentado e competitivo, com o multilateralismo a ser fortemente desafiado; uma progressiva transacionalidade da interdependência e da cooperação; a contestação às normas internacionais.

Mas o desafio maior do nosso tempo não é encarar a atual configuração internacional com fatalismo. Temos sim de assegurar que o nosso país está solidamente posicionado para defender os nossos princípios e valores, preparado para sermos mais comprometidos com o multilateralismo, com as alianças e as parcerias tradicionais e de futuro.

A sua entrada para o Governo aconteceu num momento particularmente exigente para a diplomacia portuguesa e europeia. Há uma crescente pressão sobre os Estados para responderem simultaneamente a crises humanitárias, desafios migratórios, conflitos armados, instabilidade económica e tensões diplomáticas. Como é que se governa uma área como os Negócios Estrangeiros e Cooperação quando praticamente todas as decisões internacionais passaram também a ter consequências internas muito diretas para os cidadãos?

Governa-se com a consciência do que acabou de afirmar: há uma enorme interdependência entre política externa e política interna. A política externa tem impacto na vida de todos os portugueses, mesmo que eu não determine o meu voto no partido x ou y apenas pela condução strictu sensu da política externa. Uma pandemia não se limita às fronteiras soberanas de um Estado. As ameaças viajam e são transfronteiriças.

O conceito tradicional de fronteira dilui-se quando todos, independentemente da geografia, sofremos o impacto do aumento dos preços da energia e bens essenciais ou a disrupção das cadeias de abastecimento e infraestruturas críticas.



© Tiago Araújo

Por isso, um Ministério de soberania como o dos Negócios Estrangeiros não é uma área governativa isolada ou puramente de bastidores. Não é um exercício distante dos cidadãos. Trabalhamos diariamente, com todas as áreas governativas, para antecipar impactos e reforçar parcerias estratégicas para uma resposta integrada.

O que defendemos e negociamos nos fóruns multilaterais são posições e instrumentos para que Portugal e os portugueses continuem a viver com estabilidade, segurança e desenvolvimento. Porque uma diplomacia forte e credível está na primeira linha da defesa do bem-estar dos nossos cidadãos e das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo. Por isso, a diplomacia não é apenas uma representação institucional, é uma gestão permanente de interesses e valores concretos.

De facto, muitas vezes, a opinião pública olha para a diplomacia como uma realidade distante, feita apenas de reuniões institucionais e linguagem formal. No entanto, como disse, a política externa influencia diretamente questões como a economia, a segurança, a energia, a imigração ou até o custo de vida. Considera que ainda existe em Portugal uma insuficiente percepção da importância estratégica da diplomacia?

Tendo a concordar que ainda existe uma percepção insuficiente da importância estratégica da diplomacia, mas não só em Portugal. Tal deve-se desde logo ao facto de serem os assuntos relacionados com a saúde, a educação ou a economia a dominarem as grandes manchetes diárias da comunicação social e da vida de todos nós.

Mas não tenhamos dúvidas que todas as crises globais têm um impacto local, mesmo que diferenciado, e nenhuma política pública hoje pode deixar de considerar variáveis externas. Consegue olhar para as questões como a economia, a segurança, a energia, a imigração ou até o custo de vida, como referiu, sem as relacionar com tudo o que diariamente se passa no mundo, é discutido nas Organizações Internacionais e até transposto para a nossa ordem jurídica interna?

Por isso, diria que o grande desafio é o de tornar a diplomacia mais compreensível, mais participada, mais próxima das preocupações dos cidadãos e de um debate público informado. É uma pedagogia importante, porque uma política externa eficaz precisa da legitimidade pública e da valorização dos nossos ativos estratégicos por parte de todos e não só de quem está na “bolha” do circuito decisório.



© Tiago Araújo

Ao longo dos últimos anos, Portugal tem procurado afirmar-se como um país moderador, dialogante e defensor do multilateralismo. Contudo, num cenário internacional cada vez mais polarizado e marcado pela lógica de blocos, até que ponto continua a haver espaço para países de pequena/média dimensão exercerem influência através da diplomacia e da construção de consensos?

Não é o facto de ser um país pequeno, médio ou grande na sua dimensão geográfica que condiciona, à partida, o grau de influência político-diplomática, mas sim como é que o país potencia os seus ativos estratégicos. Quando olhamos para o mapa, Portugal pode parecer pequeno na sua dimensão geográfica, mas a nossa Zona Económica Exclusiva é uma das maiores da Europa e do mundo. Portugal é simultaneamente europeu, atlântico e lusófono. A língua portuguesa é a mais falada do hemisfério sul e está no top 5 das mais faladas em todo o mundo e das mais utilizadas na internet.

São estes ativos estratégicos que permitem a Portugal ser influente e constituir um parceiro credível no panorama internacional. E a candidatura de Portugal a membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas para o

biénio 2027-2028 mostrou-nos exatamente que é perante a crescente polarização internacional e o retraimento do multilateralismo que precisamos de países capazes de construir pontes entre diferentes regiões e sensibilidades políticas — seja na União Europeia, na CPLP, no Atlântico ou nas relações com África e América Latina.

Sejamos claros. A nossa voz ganha escala quando integrada em plataformas alargadas, onde podemos desempenhar um papel relevante precisamente por sermos vistos como um ator moderado, dialogante e credível. Não por sermos pequenos ou grandes, mas por sermos o país que consegue sentar diferentes interlocutores à mesma mesa. Mas aquelas plataformas ganham, também, com a nossa voz. Essa é a maior demonstração de relevância estratégica que um país pode ambicionar e Portugal tem-no demonstrado com grande sentido de responsabilidade.

Uma das áreas em que Portugal historicamente procura afirmar-se é na relação com os países lusófonos. No entanto, o contexto africano mudou profundamente nas últimas décadas, com novas potências globais a disputarem influência económica, política e estratégica no continente. Como é que



© Tiago Araújo

Portugal pode continuar a construir relações fortes e equilibradas com os países africanos de língua portuguesa sem cair numa visão nostálgica do passado?

Em 2025, celebrámos os 50 anos das independências dos países africanos de língua portuguesa. Em todos os discursos, a nota dominante foi comum: temos de começar a escrever as páginas dos próximos 50 anos. É nesse espírito que as lideranças africanas e portuguesa estão empenhadas!

África deixou de ser uma periferia económica para se tornar um dos principais palcos da competição geopolítica global. Os países africanos têm hoje maior capacidade de decisão e

privilegiam novas alianças internacionais fundadas na solidariedade sul-sul.

Nesse cenário, Portugal pode continuar a ter relevância, desde que essa relação seja baseada em interesses mútuos, investimento e respeito pelas prioridades africanas, tendências aliás acompanhadas pela Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030 e que consolida uma trajetória de desenvolvimento sustentável, inclusivo e resiliente. Para isso, temos que evoluir do assistencialismo para o investimento. As recentes iniciativas do nosso governo na definição de linhas de crédito ou de conversão da dívida para projetos de investimento nas áreas da transição energética ou economia di-



© Tiago Araújo

gital com os PALOP é a ilustração clara que só há parceria com oportunidades concretas e que mais do que olhar para o passado, é preciso construir uma relação orientada para o futuro, adaptada às novas dinâmicas africanas e à crescente competição internacional no continente.

Para além dos PALOP, não quero deixar de referir a nossa cooperação com Timor-Leste, que continua a ser de uma importância e atualidade evidentes e que queremos reforçar.

Nos últimos anos, Portugal tem procurado reforçar o conceito de “Portugal Nação Global”, valorizando a ideia de um país com influência muito para além da sua dimensão territorial. Estamos a falar apenas da valorização das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo ou de uma estratégia mais ampla de projeção internacional que passa também pela cultura, economia, inovação, língua portuguesa e capacidade diplomática?

O conceito de “Portugal Nação global” tem vindo a ser trabalhado, e muito bem, pelo meu colega Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas e, na primeira edição do Fórum, realizada em abril deste ano, ficou claro que é muito mais do que a valorização das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, que continua a ser importantíssima. Creio que conseguimos passar a mensagem que Portugal não é apenas um país da diáspora, que continua a ser um ativo estratégi-

co, mas também uma rede global, capaz de mobilizar talento, capital e conhecimento à escala internacional.

Um país com a escala territorial de Portugal não se pode dar ao luxo de ser apenas um Estado-nação estático. Tem de se assumir como uma plataforma de influência, através da afirmação e projeção da cultura, da língua portuguesa, da diplomacia, da economia e da inovação.

Num mundo cada vez mais competitivo em termos de influência global, sente que Portugal tem sabido capitalizar devidamente os seus ativos estratégicos, como a língua portuguesa, a posição atlântica, as relações históricas, a estabilidade política ou as comunidades emigrantes, ou continua a existir uma tendência para o país subvalorizar o seu potencial internacional?

Continua a subsistir um grande desconhecimento público do que Portugal faz internacionalmente, da importância dessas conquistas para o prestígio do nosso país e, muitas vezes, uma desvalorização da nossa capacidade de mobilização e projeção. Muitas vezes, os portugueses olham para si próprios com maior prudência, ceticismo e desalento do que outros olham para nós. E quando os outros olham para nós questionam: como é que um país “tão pequeno” consegue mobilizar a sua rede político-diplomática e eleger um Secretário-Geral da ONU, um Presidente do Conselho Europeu, um



© Tiago Araújo

Presidente da Comissão Europeia, uma Provedora de Justiça Europeia? Da ONU ao Conselho Europeu, passando por agências reguladoras e grandes multinacionais, os profissionais portugueses são reconhecidos pela sua capacidade de negociação, flexibilidade cultural e competência técnica. O “estilo português de fazer diplomacia” funciona e é parte do nosso soft power.

A língua portuguesa, a posição atlântica, a estabilidade política, as relações históricas e a diáspora representam vantagens diferenciadoras num contexto global cada vez mais competitivo. Temos progredido imenso na valorização desses ativos, sobretudo através da diplomacia económica, da internacionalização da língua portuguesa, da aposta

nas energias renováveis, da tecnologia e da afirmação de Portugal como plataforma atlântica entre Europa, África e Américas.

Mas podemos criar mais valor e alavancar todo o nosso potencial, criando ecossistemas que interliguem de forma sistemática as startups nacionais, os cientistas na diáspora ou as cátedras de português no estrangeiro e as embaixadas.

A Irlanda, por exemplo, com uma dimensão semelhante a Portugal, conseguiu um “milagre económico” em grande parte porque profissionalizaram a ligação à sua diáspora corporativa e científica, transformando cidadãos no estrangeiro em agentes ativos de captação de investimento e de influência política junto dos centros de decisão mundiais.



© Tiago Araújo

Durante décadas, Portugal habituou-se a olhar para a sua dimensão territorial e demográfica como um limite à sua capacidade de influência internacional. Hoje, Portugal está verdadeiramente preparado para pensar-se como um ator geopolítico com ambição própria? Ou continuamos, muitas vezes, excessivamente condicionados por uma visão pequena do nosso próprio potencial internacional?

A realidade mostra que Portugal tem capacidade de influência internacional para ser um ator geopolítico com ambição própria. No entanto, continua por vezes a existir uma certa tendência para olhar para a dimensão territorial e demográfica como fatores limitadores. Historicamente, Portugal habituou-se a pensar-se mais como um país periférico do que como uma plataforma de ligação entre espaços geopolíticos distintos.

O desafio hoje passa precisamente por ultrapassar essa visão mais reduzida do potencial nacional.

Em várias ocasiões, tem sido sublinhada a necessidade de aproximar a política externa das novas gerações. Como é que se desperta o interesse dos jovens por temas como diplomacia, cooperação internacional e geopolítica numa época marcada pela rapidez da informação e pela aparente distância entre os cidadãos e as instituições?

Passa, antes do mais, por saber comunicar que estes temas não estão distantes da vida quotidiana. Sabemos que os jovens se preocupam profundamente com as alterações climáticas, com a justiça social, com o progresso digital e com o mercado de trabalho do futuro, o que é extremamente positivo.

Daí que seja importante demonstrar, através de exemplos práticos, que a pegada de carbono de uma t-shirt comprada numa aplicação de fast fashion envolve cadeias de abastecimento globais e direitos laborais na Ásia; que o preço do passe dos transportes públicos ou da eletricidade para carregar



© Tiago Araújo

o telemóvel depende de gasodutos e consórcios no Norte de África; ou que a regulação da Inteligência Artificial também é decidida em Bruxelas.

Se a política externa for associada a algo concreto, as pessoas mobilizam-se de forma construtiva, aproximam-se da política e tornam-se cidadãos mais conscientes nas escolas, nas universidades, nas plataformas digitais ou nos espaços de debate público.

A este propósito, tenho de salientar a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED 2026-2030), aprovada no final de 2025, que procura exatamente reforçar a literacia democrática e global, aproximando os cidadãos — sobretudo os mais jovens — dos grandes desafios internacionais.

Numa era de desinformação em massa e narrativas polarizadas nas redes sociais, envolver os jovens na geopolítica não serve apenas para recrutar os diplomatas ou os políticos de amanhã — serve para blindar a democracia de hoje e distin-

guir propaganda da realidade geoestratégica. Voltamos às Relações Internacionais como disciplina académica: compreender o mundo é a melhor ferramenta que as novas gerações têm para construir o seu próprio futuro!

A cooperação internacional deixou de ser apenas uma questão de ajuda ao desenvolvimento e passou também a envolver segurança, sustentabilidade, migrações, transição energética e estabilidade global. Como é que Portugal está a adaptar a sua estratégia de cooperação a esta nova realidade muito mais complexa e interdependente?

Este é um tema que acompanho de forma muito próxima, dada a tutela da minha Secretaria de Estado sobre o Camões — Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. que tem tido um papel absolutamente fundamental na implementação da Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030 (ECP 2030), que assenta no princípio de que a estabilidade global é indivisível.



© Tiago Araújo

Garantir que um jovem em Maputo, Praia, Díli ou Bissau tem acesso a energia limpa, formação técnica e instituições seguras é a forma mais eficaz e sustentável de avaliar, a médio prazo, a própria segurança, a sustentabilidade económica e a resiliência de Portugal no xadrez internacional.

Portugal tem vindo a adaptar a sua política de cooperação internacional a uma realidade muito mais ampla e interdependente, em que desenvolvimento, segurança, clima, energia e estabilidade global estão cada vez mais interligados. A cooperação deixou de ser vista apenas numa lógica tradicional de ajuda, doação ou assistencialismo e passou a integrar uma dimensão mais estratégica e multidisciplinar de investimento e parceria. A estratégia de cooperação portuguesa também se diferencia pela aposta na capacitação das instituições de segurança dos países parceiros, através da Cooperação no Domínio da Defesa (CDD) e da Cooperação Técnico-Policial, focadas na cooperação institucional, na formação e nas assessorias técnicas. Mas Portugal também reposicionou a sua cooperação para liderar na diplomacia climática e transição energética. O país tem focado a sua atuação na transferência de tecnologia limpa, no apoio à transição para energias renováveis e na capacitação para a resiliência costeira. O exemplo mais tangível desta adaptação é o pioneirismo nos acordos de conversão da dívida bilateral em fundos climáticos (como o

celebrado com Cabo Verde), onde os montantes que seriam reembolsados a Portugal são canalizados diretamente para investimentos locais em transição ambiental.

Ao mesmo tempo, Portugal tem procurado reforçar modelos de cooperação mais horizontais e de parceria, valorizando a capacitação institucional, a partilha de conhecimento e a cooperação triangular com organizações multilaterais e parceiros europeus, servindo também de catalisador e executor dos grandes fundos europeus, através da cooperação delegada e Iniciativa Global Gateway.

O espaço atlântico voltou a ganhar centralidade geopolítica, seja pela segurança marítima, pelas rotas comerciais, pela energia ou pela competição tecnológica e militar. Portugal, pela sua posição geográfica e histórica, pode desempenhar aqui um papel mais relevante?

Apesar da realidade geopolítica, por vezes, nos desviar a atenção para o Indo-Pacífico, o Atlântico nunca deixou de ser relevante. No entanto, a necessidade de diversificação das rotas energéticas, a vulnerabilidade dos cabos submarinos de dados, a pirataria no Golfo da Guiné, o degelo das rotas do Ártico e o reposicionamento da NATO, transformaram o Atlântico — Norte e Sul — num dos palcos mais críticos

da competição entre grandes potências. Estou convicta que Portugal pode desempenhar um papel mais influente precisamente por funcionar como ponto de ligação entre Europa, África, Américas e espaço atlântico alargado. A sua localização, associada à estabilidade política, à integração europeia e à experiência diplomática e marítima, dá-lhe condições para afirmar uma visão estratégica do Atlântico baseada em cooperação, segurança e conectividade.

O desafio para Portugal passa por transformar essa vantagem geográfica e histórica numa estratégia consistente de longo prazo, capaz de reforçar a sua centralidade internacional num contexto global cada vez mais competitivo.

Nos últimos anos, as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo têm ganho uma relevância crescente não apenas social e cultural, mas também económica e diplomática. Que papel estratégico atribui às comunidades portuguesas na projeção internacional do país?

O nosso Governo tem uma visão muito contemporânea sobre o papel estratégico da diáspora portuguesa e vai para lá da leitura tradicional das comunidades enquanto realidade apenas consular ou afetiva do “mercado da saudade”.

O meu colega Emídio Sousa, ao organizar a primeira edição do Fórum Portugal Nação Global, demonstrou que a diáspora está muito bem estruturada e alinhada com as novas dinâmicas da diplomacia contemporânea, representando o ativo mais capilar, resiliente e dinâmico da política externa nacional.

Por isso, é particularmente relevante a noção das comunidades portuguesas como “embaixadas informais” e redes de influência distribuída, algo que hoje ganha crescente importância num mundo assente em conectividade, conhecimento e relações transnacionais. A valorização da diplomacia científica, da inteligência económica e da influência política indi-

reta traduz bem a evolução qualitativa da emigração portuguesa nas últimas décadas.

Também é muito interessante a manutenção do vínculo das novas gerações à língua portuguesa no seio da diáspora.

A crescente competição global pelo talento, pela inovação e pelo conhecimento tornou-se um dos grandes desafios das economias modernas. Como é que Portugal pode afirmar-se internacionalmente não apenas como um país turístico, mas também como um centro de conhecimento, inovação, ciência e qualificação?

Sabemos bem que a imagem de Portugal associada ao turismo e à hospitalidade é um ativo económico estratégico, mas encerra em si mesma o risco de aprisionar o país numa “armadilha de valor acrescentado baixo”. Esta transição de “destino de férias” para “centro de conhecimento” exige transformar os nossos ativos estruturais — universidades, talento qualificado, língua, estabilidade política, posição atlântica e qualidade de vida — numa estratégia consistente de atração e manutenção de capital humano. A nossa afirmação deve ser feita pela especialização em nichos estratégicos e pela internacionalização das nossas academias.

Portugal tem uma comunidade científica brilhante, mas precisa de dialogar mais com o tecido empresarial para que o conhecimento se traduza em valor económico. Precisamos de potenciar a transferência de tecnologia para as empresas, atrair e manter os mais qualificados, desburocratizar e criar competitividade fiscal para que os empregos tenham um elevado valor acrescentado.

Também aqui há trabalho a fazer, e está já a ser feito, pois mudar o posicionamento internacional de Portugal exige uma alteração na nossa própria narrativa. O turismo constrói a nossa reputação de simpatia; a ciência e a inovação garantirão a nossa relevância em investir, empreender e inovar! O





© Tiago Araújo

turismo é uma porta de entrada estrutural, mas não o limite da nossa ambição se nos quisermos afirmar como um hub global de conhecimento e inovação.

A relação entre Europa e África será provavelmente uma das mais decisivas das próximas décadas, seja em matéria económica, energética, migratória ou de segurança. Que papel pode Portugal desempenhar nessa aproximação estratégica entre os dois continentes, tendo em conta a sua posição histórica, geográfica e diplomática?

A relação entre a União Europeia e o continente africano não é apenas uma prioridade de vizinhança - é o eixo que definirá o equilíbrio geopolítico e demográfico do Ocidente neste século. Neste tabuleiro de interdependências, Por-

tugal espelha uma conjugação única de geografia, história e capital diplomático que lhe confere o papel de ponte estratégica entre a Europa e África. Na União Europeia, temos reforçado exatamente essa mudança de paradigma da narrativa europeia: passar da “ajuda ao desenvolvimento” para acordos de investimento estratégico mutuamente benéficos, onde a Europa entra com capital e tecnologia, e África participa como parceira de pleno direito na cadeia de valor. Ao mesmo tempo, áreas como energias renováveis, economia azul, segurança marítima, formação, inovação, transição digital ou cooperação empresarial oferecem oportunidades concretas para uma parceria moderna e equilibrada entre Europa e África. Por isso, a expectativa e contributo ativo de Portugal é que a “Europa global” olhe para o “Sul plural”!



© Tiago Araújo

A governação na área internacional implica muitas vezes decisões discretas, silenciosas e pouco visíveis publicamente, apesar da enorme complexidade e impacto que carregam. Como se gere o peso dessa responsabilidade num tempo em que a política vive cada vez mais da exposição mediática e da pressão permanente do comentário imediato?

Gere-se com discrição, prudência e rigor. Estive mais de 10 anos a comentar política internacional na televisão nacional e sei bem o que é a exposição mediática e a pressão permanente do comentário imediato. O exercício de funções governativas não se compadece com “a espuma dos dias”, nem com o imediatismo da comunicação ou com o ruído das redes sociais a ditarem a agenda política.

Na diplomacia deparamo-nos todos os dias com negociações sensíveis, equilíbrios delicados e processos que dependem de confiança, lealdade e reserva para produzir resultados. Há uma obrigação ética de preservar espaços de negociação silenciosa, essenciais para evitar escaladas, construir consensos ou proteger interesses estratégicos. Temos de ouvir, muito mais do que precipitarmo-nos em falar.

Por isso, no meu dia-a-dia, tento manter serenidade e clareza de objetivos, estabilidade emocional e sentido de Estado. Nem sempre as decisões mais importantes são as mais visíveis publicamente. Muitas vezes, o sucesso diplomático e a salvaguarda do interesse nacional medem-se precisamente pela capacidade de prevenir crises, evitar conflitos ou criar entendimentos, sem necessidade de protagonismo, autopromoção ou soundbytes.

Vivemos um tempo em que a política internacional parece atravessar uma espécie de crise de confiança global. Enquanto Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e Coopera-

ção, continua a acreditar que a diplomacia, o diálogo e a cooperação internacional conseguem verdadeiramente mudar o rumo do mundo?

Se não acreditasse, não teria aceite este desafio! Mas acredito, sinceramente, que precisamos de diplomacia, diálogo e cooperação internacional mais do que nunca!

Não foi por acaso que o mote da nossa candidatura a membro não permanente do Conselho de Segurança foi “Prevent, Protect, Partner”. São três pilares fundamentais, realistas e pragmáticos, para que a diplomacia perdure e vingue como resposta às crises de confiança, ao retraimento do multilateralismo, à violação dos Direitos Humanos ou ao colapso do Estado de direito.

Portugal tem um capital diplomático único, com alianças europeias e transatlânticas firmes, de diálogo partilhado com o sul plural. Perante a natureza das ameaças atuais, nenhum país isolado pode responder de forma eficaz. Perante o isolamento, o diálogo é a maior demonstração de força. Perante uma arquitetura tendencialmente transacional, precisamos de países construtores de pontes. A resposta nunca será menos diplomacia, mas mais e melhor diplomacia!

Se tivesse de definir qual deverá ser a grande ambição internacional de Portugal para a próxima década, qual gostaria que fosse?

Definiria duas grandes ambições à escala internacional para a próxima década: primeira, posicionar Portugal como um ator distintivo na economia azul e sustentabilidade dos oceanos; e, segunda, potenciar a língua portuguesa como um ativo económico e geopolítico estrutural.

Os próximos dois anos, enquanto membros não permanen-



© Tiago Araújo

tes do Conselho de Segurança, vão dar a Portugal uma visibilidade insubstituível. Temos de ser capazes de mostrar como as duas ambições que referi se traduzem de forma concreta e como influenciámos soluções e decisões. Portugal pode afirmar-se como um hub logístico e tecnológico de entrada da Europa para o Atlântico, com infraestruturas portuárias de ponta e atração de cabos submarinos de dados, focado na criação de valor.

E a língua portuguesa pode ir mais além e afirmar-se como um ativo verdadeiramente geopolítico! Para isso, temos de ter a capacidade de atrair mais valias para a formação e ensino do português.

O que considera essencial garantir hoje para que o país consiga afirmar-se, no futuro, como uma verdadeira referência diplomática, estratégica e global?

Considero, desde logo, que temos de nos libertar de duas amarras que continuam a condicionar os nossos desígnios

estratégicos: primeiro, não é a escala demográfica ou territorial de um país que dita a dimensão da sua influência, mas sim como se maximizam os ativos estratégicos; e, segundo, Portugal não é apenas um país confiável, é um parceiro estratégico indispensável para construir pontes entre continentes.

Não tenhamos dúvidas: a credibilidade externa diplomática de Portugal é amplamente reconhecida e o nosso papel no diálogo norte-Sul e no equilíbrio europeu e transatlântico é o nosso maior soft power. Onde outros se deparam com barreiras, Portugal é um facilitador natural de consensos, seja na União Europeia, na NATO, na CLPL ou no espaço ibero-americano.

E termino regressando à diluição do interno e externo, porque o melhor cartão de visita internacional que podemos ter é a estabilidade política interna, sem sobressaltos permanentes, com ímpeto e concretização reformistas e equilíbrio das contas públicas, tal como temos demonstrado nestes últimos dois anos.

CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

Construir o Futuro

Prioridades para a Comunidade Portuguesa na Ásia



Há momentos na vida das comunidades que assinalam mudanças de rumo. Não porque transformem tudo de imediato, mas porque revelam, com uma nitidez quase desconcertante, que já não é possível prosseguir como antes. O seminário “Raízes e Rumo: Fortalecer o Presente, Construir o Futuro”, realizado a 13 de Junho de 2026, no Instituto Internacional de Macau, constituiu um desses momentos. Um instante de lucidez colectiva, um espelho onde a comunidade portuguesa em Macau se viu e reconheceu que o tempo da reflexão isolada terminou e que se impunha iniciar uma nova etapa de construção colectiva.

Quando, em Novembro de 2025, publiquei aqui, no “Descendências”, o artigo Raízes e Rumo: Fortalecer o Presente, Construir o Futuro da Comunidade Portuguesa na Ásia e Oceânia, procurava sublinhar a necessidade de uma visão estratégica para a diáspora portuguesa na região, uma ideia que, na altura, parecia quase ousada. A identidade não se preserva apenas com celebrações ou símbolos. Exige continuidade, trabalho e capacidade de planear o futuro com o mesmo rigor que se aplica a instituições ou projectos estruturantes.

O seminário de Junho de 2026 foi a primeira concretização



pública dessa visão. O encontro reuniu intervenientes de diferentes áreas, com o propósito de discutir o futuro da comunidade portuguesa em Macau, a renovação geracional, a preservação da língua e da identidade, e o reforço da cooperação institucional. A participação expressiva, a diversidade das intervenções e a qualidade do debate revelaram uma comunidade atenta, consciente dos seus desafios e disposta a assumir responsabilidades. Nesse dia, houve uma espécie de revelação. A percepção de que a comunidade não pode continuar dependente da boa vontade de alguns, nem da memória dos que sempre estiveram presentes. É necessário criar estruturas que resistam ao tempo e às circunstâncias. No final do evento, o comunicado oficial registou os factos essenciais ocorridos. O balanço do mandato do Conselho das Comunidades Portuguesas do Círculo da China, os desafios consulares, a cooperação institucional, a apresentação do protótipo do Portal da Diáspora Luso Descenden-

te, uma plataforma digital para ligar os lusodescendentes da diáspora, e a assinatura de protocolos de cooperação. Contudo, o essencial do encontro não se esgotou no documento. Manifestou-se nas intervenções, nas preocupações partilhadas e na coragem de trazer a público questões que, durante demasiado tempo, permaneceram em privado. Nesse encontro, foram abordados temas decisivos. A necessidade de preparar sucessores, a invisibilidade crescente da cultura macaense, a importância de reforçar a ligação à comunidade chinesa e a urgência de modernizar a forma como se comunica a identidade portuguesa e macaense. Tornou-se evidente que esta diversidade de vozes não constituiu um obstáculo. Pelo contrário, representa uma riqueza que importa organizar e valorizar. Ficou claro que a transição geracional deixou de ser um tema adiado. Existe uma geração intermédia que já não é considerada “jovem”, mas que ainda não foi plenamen-



te integrada nos espaços de decisão. E há uma geração mais nova que, se não for integrada agora, poderá nunca vir a participar. Simultaneamente, a identidade macaense atravessa uma metamorfose silenciosa. Não é apenas portuguesa, nem apenas chinesa, nem apenas memória. É mistura, é reinvenção, é a expressão de uma cultura que procura adaptar-se ao ritmo acelerado de um território em permanente mutação. E essa transformação exige explicação, transmissão e visibilidade.

A cultura macaense, nomeadamente o patuá, a gastronomia, a arquitectura, a memória urbana, e até a forma própria de estar, não pode continuar dependente de iniciativas e celebrações pontuais. Precisa de entrar nas escolas, nas associações, nos espaços de formação e, sobretudo, na comunicação pública, e ser apresentada com a mesma modernidade com que Macau se projecta internacionalmente. A identidade preserva-se com afecto, mas consolida-se com estratégia, continuidade e capacidade de execução.

Houve, de permeio, outro ponto decisivo que emergiu com clareza. A comunidade portuguesa em Macau não pode continuar a dissipar forças em querelas internas, mágoas antigas ou disputas que nada acrescentam ao caminho que importa construir. O risco autofágico existe e foi nomeado e reconhecido. E nomeá-lo é o primeiro passo para o superar. Mas o seminário demonstrou que há maturidade suficiente para evitar esse desfecho e para recentrar a energia colectiva em objectivos comuns.

O seminário foi, portanto, um início. Um início necessário, mas insuficiente. O verdadeiro teste começa agora.

O passo seguinte exige continuidade. A comunidade não

pode viver de impulsos. As reuniões quinzenais anunciadas pelo Conselho das Comunidades Portuguesas do Círculo da China devem assumir-se como espaços permanentes de escuta activa, acompanhamento e construção de soluções. Devem funcionar como laboratórios comunitários, onde se definem prioridades, se monitorizam processos e se assegura que ninguém fica excluído.

A integração é igualmente essencial. A geração intermédia deve assumir responsabilidades efectivas. A geração mais nova precisa de ser preparada com tempo, de formação linguística adequada, oportunidades de participação e projectos que dialoguem com a sua realidade. A renovação geracional não é apenas uma necessidade, é uma condição de sobrevivência. Sem esta renovação, não haverá futuro sustentável.

É igualmente urgente reposicionar a identidade macaense no espaço público. Não como elemento folclórico, mas como património vivo. A cultura precisa de ser comunicada com modernidade, com ferramentas digitais, com parcerias académicas, com presença na Grande Baía e com uma narrativa que explique, sem medo, o que significa ser macaense no século XXI. Só assim se tornará compreensível para quem chega e relevante para quem permanece.

O Portal da Diáspora Luso Descendente, apresentado no seminário, deve ser mais do que um protótipo. Deve evoluir para plataforma central da comunidade. Um espaço de oportunidades, recursos educativos, ligação entre profissionais, divulgação cultural e de participação cívica. A diáspora precisa de um ponto de referência, e esse ponto pode ser digital. A Ásia, pela sua diversidade e dinamismo,



oferece condições únicas para que esta plataforma se torne um modelo para outras regiões do mundo.

Importa ainda sublinhar a dimensão regional, inerente ao título deste artigo. O Conselho das Comunidades Portuguesas do Círculo da China tem uma geografia única, que abrange Macau, Hong Kong, o interior da China, Tóquio, Seul, Banguecoque e Singapura. Esta dispersão não constitui um entrave. Representa uma vantagem estratégica. A comunidade portuguesa na Ásia tem a oportunidade de construir uma rede regional de cooperação cultural, académica, económica e social que ultrapasse fronteiras e transforme a diáspora num espaço de circulação de talento, conhecimento e identidade. A Ásia não é apenas o cenário onde a comunidade vive. É o território onde pode crescer. A diversidade cultural, a vitalidade económica e a abertura tecnológica da região oferecem condições para que a comunidade portuguesa se reinvente e se projecte.

Neste contexto, a criação de uma agenda anual de cooperação regional é, por isso, indispensável. Uma agenda anual que uma estes núcleos, promova intercâmbios, fortaleça redes empresariais e desenvolva projectos conjuntos. A comunidade portuguesa na Ásia pode ser mais do que a soma das partes. Pode ser uma plataforma de futuro.

O seminário “Raízes e Rumo” evidenciou que a comunidade portuguesa em Macau possui raízes que resistem ao tempo e uma força interior capaz de abrir caminho ao futuro. E demonstrou, com igual clareza, que essa energia exige direcção. O artigo de 2025 lançou a visão. O seminário de 2026 iniciou o percurso. Agora, impõe-se transformar reflexão em estratégia, estratégia em acção e acção em continuidade.

Estas prioridades não são apenas possibilidades. São exigências para o novo ciclo da comunidade portuguesa na Ásia. As raízes existem. O rumo foi definido. Falta caminhar.



Rui Marcelo

Presidente do Conselho Regional da Ásia e Oceânia
do Conselho das Comunidades Portuguesas



PASSAGENS

A cidade de pedra

Carta do Bornéu

Kota Batu, antiga capital do império do Brunei, não passa hoje de um parque arqueológico, ao que constato, e infelizmente, muito pouco frequentado, com a vantagem de ter como extras, nas proximidades, três unidades museológicas bastante interessantes e com entrada gratuita. Pena que o Museu Nacional, onde poderia encontrar alguma informação ou objectos relativos ao que se pode designar como “período português do Brunei”, esteja encerrado para obras de restauro, já lá vão alguns anos. Junto ao rio, o moderno Museu Marítimo é parcialmente patrocinado pela petrolífera francesa Total, financiadora das pesquisas subaquáticas da equipa de

arqueólogos que em 1997 revelariam e resgatariam os despojos de um junco chinês naufragado ao largo da costa do Brunei, provavelmente o mais importante achado arqueológico do sultanato. Uma porção do espólio (num total de 13,500 artefactos), no essencial peças de cerâmica de origem chinesa, siamesa e vietnamita, pode ser apreciado na sala principal onde existe também uma réplica do dito junco. Nas velas desse ersatz de embarcação, impressa relevante informação histórica tendo como fundo um mapa de todo o Sudeste asiático datado do século XVI e repleto de vocábulos portugueses, de resto, como tantas vezes se vê. Na região central das

ilhas Celebes chama-me a atenção o nome “Portugal”. Por que motivo assim foi designada essa região se noutros mapas similares e coevos tal não acontece? Será porque considerou, o cartógrafo, semelhante à do seu país natal a paisagem que ali foi encontrar?

A uma centena de metros, o Museu de Tecnologia Malaia é uma pérola museológica à moda antiga, com réplicas de diversos tipos de arquitectura tradicional das díspares tribos autóctenes – os Kadayan, os Dusun, os Murut e os Punan – em tamanho real, assim como exemplos de diversas profissões, algumas já extintas. Do ferreiro ao pescador e suas mil – e – uma tipologias de redes; da teceleira ao produtor de sagu; dos espremedores de cana-de-açúcar aos ourives. Sai-se de lá com uma ideia do panorama etnográfico do país. Entre alfaias agrícolas e gongos de bronze, no chão de bambú coberto de esteiras de uma das cabanas, deparo com quatro lantacas, de diversos tamanhos e feitios. De salientar, numa montra envidraçada, merecedora de destaque, uma quinta lantaca com corpo e boca de dragão, design típico do sultanato.

A chegada dos “destróços” da frota de Fernão de Magalhães, vindos da ilha filipina de Palauan, ficou marcada por uma violenta tempestade que deflagrou no exacto momento em que, após percorrerem algumas milhas ao longo da costa, decidiram os expedicionários lançar a âncora. “O céu escureceu e vimos o fogo de São Telmo nos nossos mastros”, escreve António Pigafetta.

Como era prática comum dos navegantes da época, descoberto um estuário de rio logo por ele se subia em busca de um porto. Foi o que fizeram os dois navios sobreviventes da expedição circum-navegatória, no já distante ano de 1521: era a

chegada inicial de europeus à grande ilha do Bornéu.

Num desses barcos seguia Sebastião Elcano, afortunado fidalgo que com todos os louros da expedição ficaria não fora a honestidade do cronista Pigafetta que em bom tempo o “denunciou” junto de Filipe II, dando o seu a seu dono. Morto o pobre do Magalhães e a maioria dos tripulantes que sempre se mostrara fiel, fossem eles portugueses, espanhóis ou de outra qualquer nacionalidade, não havia mais ninguém merecedor de credibilidade (a opinião de simples marinheiros, grumetes ou soldados não era tida em conta nessa época) para contar a verdade, expondo assim quem miseravelmente tentava cobrir-se de glórias alheias. Malgrado a canalhice, Elcano tem hoje o nome imortalizado na popa do magnífico navio-escola da Marinha espanhola que regularmente sulca os oceanos do planeta. Recordo-me de ver, aqui há uns anos, num recanto de Tidore uma placa assinalando a sua passagem por essa ilha de especiarias, nas Malucas, acompanhada de alguns dados históricos acerca dos “feitos” do espanhol. Sobre o Magalhães, nem uma palavra. A verdade é que os nossos vizinhos, apesar da gigantesta empreitada levada a cabo pelo pequeno grande homem de Sabrosa jamais foram capazes de reconhecer Fernão como um deles. Tinha um grande defeito: era português.

Coincidência ou não, o certo é que o nome do conspirador Elcano, esse mesmo que nas costas da Patagónia, com outros da sua laia, feridos no orgulho por navegarem às ordens dum estrangeiro, quase puseram em risco o sucesso da expedição. O almirante português, num acto magnânimo, perdoou-lhe a vida, permitindo que prosseguisse viagem; e até a estrelinha da sorte dar-lhe-ia uma ajuda, conduzindo-o, a ele e a uma



Parque Arqueológico Kota Batu





Fernão de Magalhães

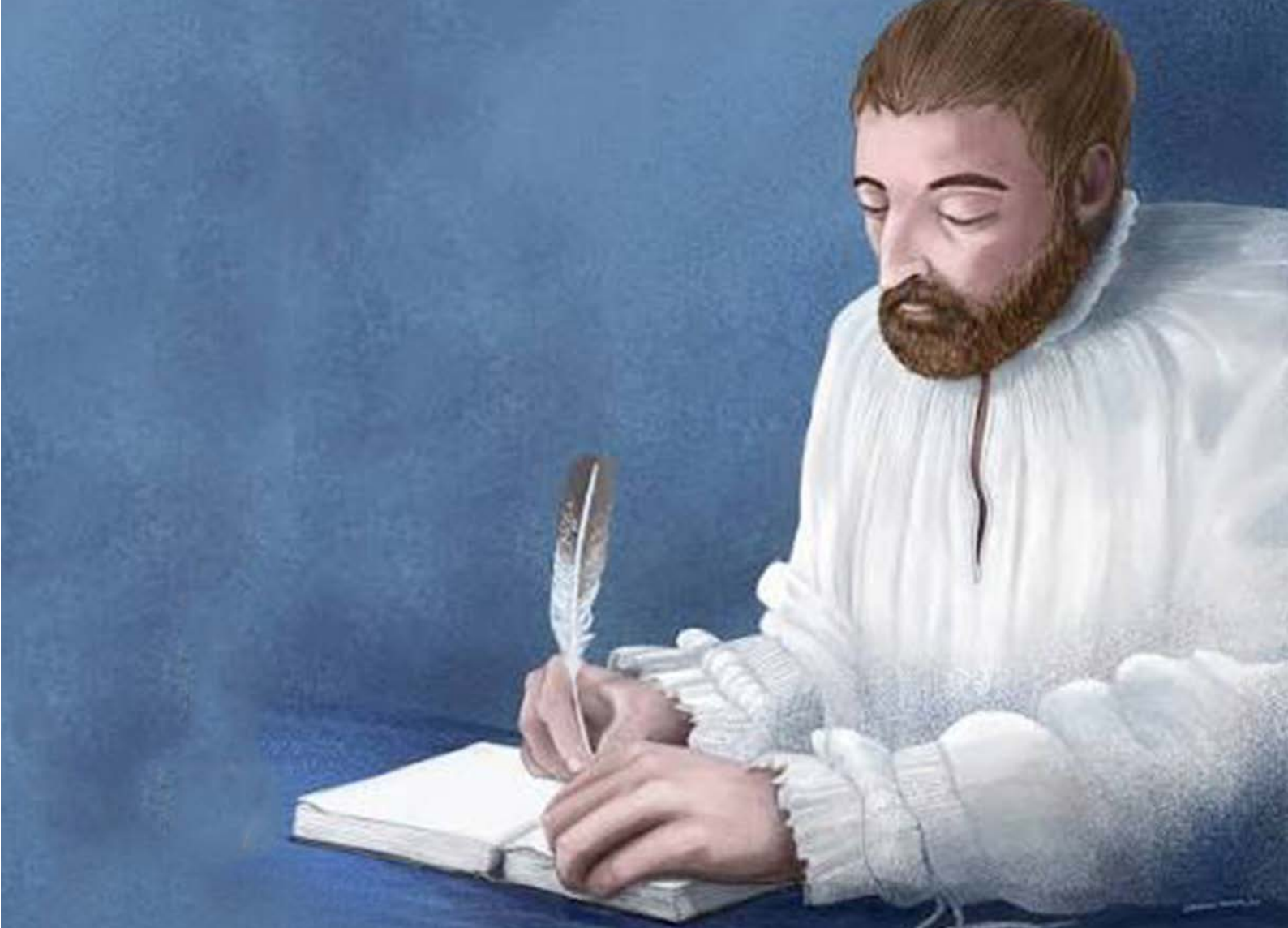
dúzia mais, são e salvos de regresso a casa. Pois bem, Elcano não é tido nem achado nas informações disponíveis aos visitantes do Brunei, tão pouco o é o eleito chefe da expedição após a morte de Magalhães, o mui peculiar e polémico João Lopes de Carvalho, dito “Carvalhinho”, que merecerá atento relato numa próxima crónica. Em Kota Batu ou em Bandar Seri Begawan, nos panfletos turísticos e nas placas informativas só vemos o nome de António Pigafetta, que nos é referido como “viajante” e “académico”, quase sugerindo que o homem navegava por conta própria, e, claro, salientando sempre a similaridade – pasme-se – da capital lacustre do império do Brunei com Veneza. Já perdi a conta às cidades do Oriente que têm sido comparadas a Veneza.

Apesar do parque arqueológico de Kota Batu (literalmente, “cidade de pedra”) se circunscrever a uns meros cinquenta hectares, facilmente se passa ali um dia agradável. Isto, graças à generosa copa do arvoredo. Aliás, o parque é também uma espécie de reserva de biodiversidade, misto de mangal e densa floresta tropical. Húmido, muito húmido. Tão húmido que o chão de cimento do trilho mais parece um ringue de patinagem no gelo, muito por conta do musgo acumulado e a falta de solas que o percorram. Todo o tempo que ali estive, e

foram muitas horas, não me cruzei com uma única criatura. Para atenuar o calor nos troços a céu aberto, goles de água frequentes, e, para repor os níveis de açúcar, sumo de tamarindo. Bem melhor saberia se estivesse bem gelado.

Ofertas de betel, arak e pães-de-açúcar

Regressemos ao ano de 1521 e ao dia após a chegada de tão exóticos visitantes, devidamente assinalada ao sultão local que logo mandou às naus *Victoria* e *Trinidad* uma luxuosa canoa cuja proa arvorava uma bandeira branca e azul “com penas de pavão no topo de uma vara”. Embarcados nessa canoa – que o italiano descreve como “uma espécie de fusta ou galera” –, entre outros, flautistas e percussionistas, seguindo-a no encalço duas almadias, “que são barcos de pesca”. Oito dos “respeitáveis da ilha” subiram à nau capitânea, comandada por João Lopes Carvalho, e sentaram-se num tapete preparado para efeito no castelo da popa. Aí, os malaios presentearam os marinheiros ibéricos com um recipiente de madeira coberto com um pano de seda amarelo repleto de betel e areca, “raízes que, depois de misturadas com flores de laranjeira e jasmim, eles constantemente mastigam”. Também lhes ofereceram duas gaiolas com galinhas, duas cabras, três jarras de vinho de arroz destilado e canas-de-açúcar. Fi-



António Pigafetta

zeram igual oferta ao outro navio; e, findo o ceremonial, com um abraço se despediram.

Comenta Pigafetta que o vinho de arroz era “claro como a água”, mas de tal modo potente que vários elementos da tripulação ficaram embriagados. “Chamam-lhe arach”, informa. Este relato, à semelhança de tantos outros coevos, demonstra que o interdito às bebidas inebriantes entre muçulmanos é um fenómeno relativamente recente, se bem que existissem já punições bem severas para outro tipo de “pecados”, entre as quais o apedrejamento e a amputação de membros. Nesse capítulo, em abono da verdade, pediam meças na época os seguidores das religiões do livro, fossem eles judeus, cristãos ou muçulmanos.

Diz-nos o cronista que, “seis dias depois”, o rei mandou outras três canoas, também “ricamente decoradas”, com músicos “que soavam gaitas, tímbalos e tambores”. Ao chegar perto dos forasteiros os malaios saudaram-nos, “tirando os seus bonés de pano que de tão pequenos mal cobrem a parte superior das suas cabeças”, e aqueles responderam com uma salva de bombardas, “mas sem o devida carga de pedras”. Trouxeram-lhes os nativos várias delicacias, todas de arroz, fossem “pedaços alongados envoltos em folhas”, “em

forma de cone de pão-de-açúcar”, ou ainda do “tipo bolos, com ovos e mel”. Ainda hoje, quem passeie pelos mercados nocturnos de Bandar Seri Begawan, capital do Sultanato do Brunei, depara com várias bancas com iguarias de todas as cores e formatos que encaixam perfeitamente na descrição de Pigafetta. A mim, essa “forma cónica em pão-de-açúcar”, faz-me lembrar os cones de melado de açúcar que vi pela primeira vez nos mercados uigures do Turquestão chinês. Há várias versões quanto à origem do nome. A mais fiável é a de que durante o apogeu do cultivo da cana de açúcar (séculos XVI e XVII), uma vez espremida a cana, fervido e apurado o caldo, a massa daí resultante era colocada numa forma de barro cónica denominada “pão-de-açúcar”. Essa a razão de mais tarde ter sido apelidado desse modo o mais famoso e peculiar penhasco da baía da Guanabara. Falta saber se os portugueses levaram a técnica da Ásia ou se, pelo contrário, a trouxeram para cá.

Após fazerem as ofertas em nome do sultão, os nobres malaios informaram os nautas acerca da satisfação daquele por terem escolhido “os seus domínios para o abastecimento de água e madeira” – a fundamental aguada –, e que “poderiam comerciar o que quisessem com os ilhéus”. Face a resposta



Nau Victoria

tão positiva, decidiram os expedicionários constituir uma delegação, “em número de sete”, que levasse “presentes ao rei, à rainha e aos ministros”. Para o sultão, “um casaco turco de veludo verde, uma cadeira de veludo roxo, cinco braças de pano vermelho, um boné, um copo de vidro com tampa, uma secretária dourada e três cadernos de papel”. Para a rainha, “três braças de pano amarelo, um par de sapatos prateados e uma caixa de prata cheia de alfinetes”. Para o governador, “três braças de pano vermelho, um boné e um copo de vidro dourado”. Finalmente, para o arauto, que tinha vindo na canoa, “um pano turco, uma veste vermelha e verde, um boné e um caderno de papel”. Quanto aos sete personagens principais que o acompanharam, “para cada um algumas jardas de pano, um boné e um caderno de papel”. Preparados os presentes, a delegação embarcou numa dos três canoas e rumou a terra, tendo ancorado na ilhota artificial de Terindak, uma área de 250 metros quadrados a

uma elevação de quase quatro metros, coberta hoje por espessa vegetação que praticamente impede a observação do vai-e-vém das velozes embarcações que sobem e descem e ligam as margens do rio Brunei, mas mostram ser perfeito esconderijo para as lontras que ali abundam.

Outrora esse era um posto de observação e ancoradouro de madeira e cana, entretanto reconstruído em cimento. Restos do antigo cais, pedaços de traves e tábuas, jazem enterrados na lodo negro do mangal ou encontram-se protegidos por abrigos com tecto de zinco e respectiva informação numa placa de metal.

Análises de Carbono 14 efectuadas aos cacos de cerâmica chinesa ali encontrados (ainda hoje podemos recolher pedaços similares se esgravatarmos um pouco a terra) revelaram aos arqueólogos, responsáveis pelas escavações efectuadas na década de 1980, datas situadas algures nos séculos XV e XVI.



Joaquim Magalhães de Castro
Investigador

Somos milhões Somos aild

A I L D . P T

A large crowd of people is walking on a grid of paths that recede into the distance. The scene is captured from a high angle, looking down at the people. The paths are light-colored and create a strong sense of perspective. The people are silhouetted against the light background, and their shadows are cast on the paths. The overall color palette is a monochromatic teal or cyan. In the center of the image, the text 'A I L D . P T' is overlaid in a white, sans-serif font. The letters are spaced out and appear to be floating above the crowd.

| ARTES E ARTISTAS LUSOS

Jonathan Afonso

[Instagram](#)

[Linktree](#)



Jonathan Afonso: O Arquiteto de Paisagens Sonoras e Mundos Interiores

Natural da Ilha Terceira, nos Açores, Jonathan Afonso é muito mais do que um guitarrista; é um explorador de texturas e um arquiteto de atmosferas. Autodidata por convicção, o músico e compositor encontrou na guitarra — tanto na pureza da acústica como nas infinitas camadas da elétrica — uma linguagem pura para traduzir o que as palavras, por vezes, não alcançam.

O seu trabalho, que flui entre a música eletrónica ambiental e a composição instrumental introspectiva, é um convite à pausa e à meditação. Com projetos como “Soul’s Daydream” e apresentações que evocam ressonâncias profundas, Jonathan tem-se afirmado como uma das vozes mais singulares da nova música instrumental portuguesa. Nesta entrevista, mergulhamos no universo criativo de um artista que faz da insularidade um ponto de partida para o infinito, explorando as raízes, os desafios da independência e a busca incessante pela nota que define o silêncio.

Encara a música como uma linguagem pura e uma forma de meditação. Sendo um músico autodidata, de que forma é que esta liberdade de aprendizagem moldou a sua sonoridade e a ausência de barreiras estilísticas nas suas composições?

A música surgiu na minha vida como uma necessidade profunda de expressão e de catarse. Apesar de ter começado a aprender guitarra relativamente tarde, aos 21 anos, foi o músico John Butler quem me inspirou a pegar no instrumento, através do seu magnífico instrumental “Ocean”. Tal como o título sugere, o que mais me fascinou nessa obra foi a sensação de imensidão e as infinitas possibilidades de liberdade criativa que ela transmite.

Ao longo do meu percurso, passei também por uma fase de exploração da guitarra elétrica, influenciado por artistas como Jimi Hendrix, Eddie Van Halen e pelos Pink Floyd, que continuam a ser a minha banda favorita. No entanto, acabei por regressar à guitarra clássica, onde descobri Paco de Lucía e fui introduzido à extraordinária riqueza sonora do flamenco.

Mais tarde, encontrei aquele que viria a ser o artista com quem mais me identifiquei e que mais me influenciou: Estás Tonné. A sua música teve

um impacto transformador na minha vida e, de certa forma, ajudou-me a atravessar momentos importantes. Nunca tinha ouvido algo semelhante. A sua capacidade de improvisação, de traduzir diretamente em som aquilo que surge na mente ou reflete o estado de espírito do momento, impressionou-me profundamente.

Sendo autodidata e sem formação musical, mantive sempre um intenso desejo de aprender e explorar. Esse fogo de curiosidade nunca se apagou. Continuo a procurar novas sonoridades e formas de expressar emoções através da música. Esse processo acaba por refletir-se nos meus instrumentais, onde procuro criar uma verdadeira simbiose com a guitarra, transformando sentimentos e experiências em som.

O seu projeto “Fire Within” é descrito como um convite a mundos interiores. Qual foi o ponto de partida emocional para este trabalho e o que espera que o ouvinte encontre ao mergulhar nestas sonoridades?

“Fire Within” (Fogo Interior) é um projeto musical que surge como um desabafo da alma, trazendo à superfície experiências de vida, aprendizagens e a constante jornada de autodescoberta. Através de melodias profundas e introspectivas,

procuro criar espaços de contemplação que convidem o ouvinte a conectar-se consigo próprio e com as suas emoções mais genuínas.

O fogo, utilizado como metáfora central do projeto, reflete o dualismo inerente a este elemento: uma força capaz de criar, transformar e alimentar a vida, mas que, quando reprimida ou mal direcionada, pode tornar-se um agente de destruição interna. É precisamente nessa dualidade que encontro uma das principais fontes de inspiração para a minha música.

O “fogo interior” simboliza tanto a nossa capacidade criativa como o nosso potencial destrutivo. Quando nutrido de forma consciente, tem o poder de iluminar caminhos, despertar novas possibilidades e impulsionar o crescimento pessoal. Porém, quando ignorado ou sufocado, pode gerar sofrimento, conflito interior e afastar-nos da nossa verdadeira essência. Num mundo cada vez mais acelerado, dominado pela urgência, pelo ruído e pelo consumo imediato, este projeto procura ser um convite à pausa.

Cada composição representa um capítulo dessa viagem interior, onde a guitarra se transforma numa extensão da emoção e numa linguagem capaz de expressar aquilo que muitas vezes as palavras não conseguem alcançar.

Recentemente, participou em eventos como o Festival Cordas e colaborou com poetas da editora Douda Correria. Como é que estas interações com outras formas de arte, como a poesia, enriquecem a sua própria linguagem musical?

Qualquer colaboração artística, independentemente da forma de arte envolvida, é sempre uma experiência enriquecedora. Acredito que é precisamente no encontro entre diferentes sensibilidades, linguagens e perspetivas que surgem algumas das experiências criativas mais marcantes.

Nesse sentido, foi um privilégio participar no Festival Cordas, não só pela oportunidade de atuar, mas também por poder conhecer e partilhar palco com músicos que admirava e



acompanhava há muitos anos. Foi igualmente um enorme gosto de trabalhar com Terry Costa e conhecer de perto o trabalho desenvolvido pela MiratecArts. Essa colaboração acabou por abrir portas para outros projetos igualmente inspiradores, entre os quais o evento “Música no Forte”, que reúne artistas de diferentes partes do mundo no Forte de Santa Catarina, na vila das Lajes do Pico. Considero estas iniciativas fundamentais, não apenas pela promoção da música, mas também pela criação de pontes entre culturas e pela valorização do património e da identidade açoriana. O meu primeiro concerto na ilha Terceira aconteceu num evento de poesia, ao lado do poeta Carla Félix, na cidade da Praia da Vitória. Talvez por isso, a ligação entre música e palavra tenha continuado a surgir de forma natural ao longo do meu percurso artístico.

Desde então, tenho tido a felicidade de participar em diversas colaborações, especialmente com a minha amiga Madalena Ávila, com quem partilhei vários eventos. Destaco também a participação em iniciativas promovidas por Douda Correria e o envolvimento com a banda de poesia e outras inutilidades “Ervas Daninhas”, experiências que me permitiram explorar novas formas de diálogo entre a música, e literatura.

Tem-se apresentado tanto nos Açores como em espaços emblemáticos no continente, como o Museu Nacional de Arqueologia (Mosteiro dos Jerónimos). Sente que a receção à sua música “ambiental” e “experimental” difere consoante o contexto geográfico?

A experiência no MNA foi verdadeiramente marcante e, de certa forma, um exemplo daquilo que gosto de chamar de uma feliz sincronidade. Tudo surgiu de forma muito orgânica através das redes sociais, onde a partilha do meu trabalho despertou a atenção da Lúcia Valdevino. Na altura, encontrava-se envolvida na organização da comemoração do 132.º aniversário do museu e, tendo a instituição uma ligação histórica aos Açores, surgiu a oportunidade de apresentar uma antevisão do meu projeto musical.

Foi um momento muito especial no meu percurso, não apenas pela relevância do espaço, mas também pela forma genuína como tudo aconteceu. Gostaria, por isso, de expressar novamente a minha profunda gratidão à Lúcia Valdevino e ao diretor António Carvalho pela confiança, pela abertura e pela oportunidade que me proporcionaram. São gestos como estes que dão força aos artistas para continuarem a acreditar e a desenvolver o seu trabalho.

Por ser um projeto instrumental, acredito que a minha música tem a capacidade de ultrapassar muitas das barreiras geográficas e culturais. A ausência de palavras permite





© Lucas Albuquerque

que cada pessoa estabeleça uma ligação própria com a música, independentemente da sua língua ou origem. Naturalmente, tenho consciência de que a minha música não se enquadra em todos os contextos ou tipos de eventos. Sendo algo que convida à escuta atenta, à contemplação e à introspeção. Por isso, procuro sobretudo ambientes mais intimistas, onde essa ligação possa acontecer de forma genuína e próxima. Felizmente, existem inúmeras possibilidades para esse tipo de experiência, desde cenários naturais de grande beleza até auditórios, teatros, museus e outros espaços culturais que valorizam uma relação mais próxima entre o artista e o público.

No fundo, mais do que o tamanho do palco, o que procuro é criar momentos autênticos de conexão através da música.

Que novos caminhos ou sonoridades está Jonathan Afonso a explorar neste momento? Podemos esperar uma evolução para novos géneros ou colaborações inesperadas?

Neste momento, estou focado na reta final do lançamento do meu primeiro álbum em formato digital. Posteriormente, está também prevista uma edição física em vinil, em colaboração com a editora Marca

Pistola. Depois do lançamento, o principal objetivo será apresentar o álbum ao vivo.

Curiosamente, enquanto me aproximo do lançamento deste primeiro trabalho, já me encontro a desenvolver ideias para um segundo álbum.

Tenho uma enorme curiosidade por explorar instrumentos tradicionais e ancestrais de diferentes culturas. Entre eles está a Duduk, um instrumento de sopro arménio com mais de dois mil anos de história, conhecido pela sua sonoridade profunda e melancólica, e também a Oud, considerado por muitos como um dos antepassados da guitarra moderna. Acredito que estes instrumentos poderão complementar de forma muito interessante as minhas composições e abrir novas possibilidades sonoras.

Mais do que incorporar instrumentos diferentes, interessa-me descobrir o potencial expressivo de sonoridades que, muitas vezes, estão associadas a géneros musicais muito específicos. Gosto da ideia de retirar um instrumento do seu contexto habitual e explorar novas formas de o integrar numa linguagem musical distinta, criando pontes entre tradições, culturas e universos sonoros.

Naturalmente, gostaria também de realizar colaborações num futuro próximo.

No entanto, nem sempre é fácil conciliar questões lo-



© Vera Marmelo

gísticas, geográficas ou de disponibilidade. Ainda assim, tenho tido a sorte de cruzar o meu caminho com artistas extraordinários, experiências que guardo com enorme carinho. E quem sabe se, no futuro, os nossos caminhos não se voltarão a cruzar, dando origem a novas partilhas, aprendizagens e projetos criativos.

Uma das maiores riquezas da música é precisamente esta capacidade de criar encontros improváveis entre pessoas, instrumentos, culturas e formas de expressão. Espero continuar a trilhar esse caminho nos próximos anos, sempre com a mesma curiosidade e vontade de aprender que me trouxe até aqui.

Uma mensagem para todos os autores, criadores e artistas do mundo.

Como ainda estou no início desta caminhada, não sei se tenho uma grande mensagem para transmitir. No entanto, há duas

ideias que têm marcado profundamente o meu percurso. A primeira é a importância de criar música (ou qualquer forma de arte) para nós próprios, sem estarmos constantemente preocupados com a forma como será recebida pelos outros. O mais importante é que a criação nos faça sentido, que nos emocione e que nos faça sentir bem. Quando deixamos de criar com a expectativa de aprovação ou reconhecimento, o processo torna-se muito mais autêntico.

A segunda surgiu numa conversa que tive durante um período em que me sentia bloqueado criativamente. Nessa conversa, disseram-me algo que ficou comigo: se ainda tens uma página em branco por “escrever”, isso é um bom sinal. Significa que a história ainda não terminou, que ainda há algo por descobrir e por criar. Com o tempo, a primeira “palavra” acaba sempre por surgir. E, muitas vezes, é precisamente nesse espaço de espera que nascem as ideias mais genuínas.

AMBIENTE

Um país pintado de verde

O Governo colocou em consulta pública o chamado Mapa Verde (Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação das Energias Renováveis (PZZAER)). Trata-se de um instrumento que identifica cerca de 7% do território continental como particularmente apto para receber projetos solares e eólicos, beneficiando de processos de licenciamento mais rápidos e simplificados.

Dir-se-á que o nome é perfeito. Tão perfeito que quase ninguém se atreverá a perguntar se aquilo que está pintado de verde corresponde realmente à ideia de natureza que o verde evoca.

Todavia, é aqui que começa o paradoxo. Na linguagem comum, o verde está relacionado com floresta, biodiversidade, rios vivos, paisagem preservada, comunidades rurais que continuam a existir e, não raras vezes, a resistir. No novo léxico administrativo, porém, verde passa a significar algo diferente: áreas consideradas disponíveis para uma ocupação industrial acelerada em nome da energia renovável.

Não se trata de negar a necessidade da transição energética. As alterações climáticas são reais e a dependência dos combustíveis fósseis constitui um grave problema geopolítico e ambiental. O problema surge quando a urgência da transição se transforma numa espécie de salvo-conduto que dispensa a reflexão crítica sobre

o modelo territorial que está a ser construído. E não é uma consulta pública que colmata a urgência do debate e a necessidade de ouvir as populações sobre o que pretendem para os seus territórios, pois sabemos como esses procedimentos começam. E também sabemos como acabam.

À primeira vista, o argumento oficial pode parecer sedutor: identificação das zonas menos sensíveis, simplificação dos procedimentos, tentativas de redução dos conflitos e aceleração e produção de energia limpa. Tudo parece racional. Tudo parece técnico. E apresenta-se como algo inevitável.

Todavia, a história recente das renováveis em Portugal ensina precisamente o contrário: o território português





não é uma folha em branco onde se desenham manchas coloridas, ainda que esverdeadas. Importa lembrar a quem decide que, cada vale tem habitantes e cada vila e aldeia, por mais longínquas que se encontrem, possuem usos e costumes tradicionais, que urge preservar. Os baldios são os baluartes da economia local e cada paisagem contém uma memória colectiva que não se deseja apagada. Quando um mapa produzido em Lisboa classifica centenas de milhares de hectares como áreas preferenciais para produção energética, aquilo que para os técnicos surge como uma mancha verde, para quem lá vive, a transfor-

mação poderá ser irreversível.

Há ainda uma questão mais profunda que precisamos considerar: a própria expressão “aceleração” encontra-se imbuída de uma filosofia subjacente: o objetivo não é apenas planear. É mais que isso, é acelerar. Não é apenas compatibilizar interesses e avaliar projectos. É reduzir tempos e criar condições para que eles avancem. E depressa. O que subjaz alguma perversidade. A palavra-chave deixou de ser prudência; passou a ser velocidade.

Ora, a natureza, desde os primórdios da humanidade até aos dias de hoje, nunca trabalhou à velocidade dos ca-



lendários políticos, tampouco dos interesses privados. As florestas não crescem por decretos governamentais. Os ecossistemas não obedecem a metas definidas pelo PRR. E as comunidades rurais não desaparecem sem deixar consequências. Existe uma ironia particularmente amarga neste processo. Durante décadas, os territórios do interior foram considerados demasiado remotos para merecer investimento público significativo. Agora que possuem espaço, vento e sol, descobrem subitamente que são estratégicos para o país. O problema é que continuam muitas vezes a ser vistos apenas como suporte físico de objetivos definidos noutra lugar.

O chamado Mapa Verde corre o risco de reproduzir uma velha lógica portuguesa: a extração de recursos das periferias para satisfazer necessidades definidas nos centros de decisão. Ontem era o volfrâmio. Depois, as barragens. Mais tarde o lítio e, novamente, o volfrâmio. E, como se

não fosse já suficiente, os megaprojetos solares e eólicos. Mudam-se as tecnologias. Mantém-se a geografia do poder. Talvez por isso a pergunta mais importante desta consulta pública não seja quantos hectares devem entrar ou sair do Mapa Verde.

A pergunta é outra: Será que um território se torna verdadeiramente verde apenas porque produz energia renovável?

Ou será que o verde, para merecer esse nome, deveria significar algo mais exigente: paisagens vivas, biodiversidade protegida, comunidades resilientes e uma relação equilibrada entre produção energética e qualidade de vida dos lugares?

Porque, se não respondermos a esta pergunta, poderemos assistir ao mais inquietante dos paradoxos ambientais: cobrir o país de verde nos mapas enquanto o fazemos desaparecer na paisagem.



Vítor Afonso
Mestre em TIC

LUSO-CRIANÇA

Farol da Boa Nova

*Quando a noite veste Leça da Palmeira
com um manto de estrelas e silêncio profundo,
ergue-se o Farol da Boa Nova,
como um coração de luz voltado para o mundo.*

*O seu fio dourado atravessa o oceano sem fim,
beijando as ondas numa viagem sem demora,
e eu imagino-o como um poeta de pedra e luar
que escreve versos de claridade pela noite fora.*

*Sentinela de brancura entre o infinito líquido e o céu suspenso,
farol soberano, onde a brisa errante descobre o rumo da luz;
guardião eterno dos navegantes,
estrela de esperança nas noites do mar,
presença tão majestosa que a própria escuridão se curva,
guardando, sobre o mar e o tempo, a eterna arte de manter a luz acesa.*



Sarah Luz
"Poesia de Cor"

| TRADIÇÕES LUSAS

O carisma de outras cozinhas

Manjares Lúbricos





frangote com espumante

[...] enquanto demolha em aguardente velha cerca de um quarto de quilo de ameixas secas sem caroço — das «verdinhas» que a pequenota rainha Cláudia popularizou na corte gaulesa pelo decorrer do século XVI... — faça dourar os pedaços de um frangote num tacho com azeite maduro bem aquecido. Uns dez minutos depois, ou um pouco mais, acrescente uma garrafa de espumante bruto à mistura com meia de branco abastardado e deixe a cozer, em fogo lento, pelo menos uma meia hora. Entretanto, noutra tacho prepare um molho de chamariz com as ameixas ensopadas na dita aguardente, o resto dela e mais alguma se necessário, três a cinco dentes de alho picados e duas maçãs ainda ácidas partidas em pequenos quartos e sem sementes — coloque a cozer durante alguns minutos. De seguida junte-lhe uma colher recheada de manteiga e passe num ralador manual. Tudo aprontado... sirva o frangote acompanhado pelo molho com uma salada de malápios, mais ameixas-passas e as tais maçãs mal-cozinhadas.

a salada de malápios

(...) descasque quatro ou cinco malápios já adocicados e corte-os em cubos pequenos, retirando-lhe o «coração» e as sementes. Corte também um pepino de tamanho médio em rodela finas — haverá outras «donas» que preferem um pequeno melão ainda sem assomos de doçuras e misture-o

com salsa picada. Faça um molho de xurunfada com o sumo de meio limão, dois requeijões apequenados e um cálice de generoso, tempere com sal grosso, pimenta preta, uma guindilha seca e bem fatiada e um pouco de açúcar; misture até o molho ficar homogéneo e levemente «aguado». Sirva os malápios cobertos com esta xurunfada e as rodela de pepino em acompanhamento.

a origem

(...) receitas atribuídas a uma «dita» bruxa das bandas do rio Tedo — ao que dizem com procedências repartidas por Santo Adrião e Santa Leocádia — que terá servido numa ilustre casa duriense e que preparava este manjar para uma das cinco filhas dos patrões, a mais velha que desesperadamente continuava encalhada por não encontrar a concordância paternal para tão plebeus amores. Aproveitava as ausências dos criadores, que regularmente se esgueiravam para o Peso, e banqueteara o seu amado com este inusitado manjar por acreditar... nos poderes amorosos da amaneirada maçã, que em tempos primórdios tinha traído a incómoda castidade de Adão... no fálico poder do diurético pepino... no poder submisso de um pobre frangote... nos acalorados poderes dos condimentos — da salsa à pimenta — ou na sentimental xurunfada de generoso com requeijão limonado. Escusado será dizer que o leito da jovem foi o destino dos dois amantes [...]



costeletas de mamona amendoadas

[...] prepare atempadamente num almofariz cerca de cem gramas de amêndoas peladas em água quente, e faça delas um picado grosseiro. Deixe-as arrefecer o tempo necessário. Numa sertã, larga e pouco funda, aqueça o azeite suficiente para fritar uma costeleta por cada um [e] guarde-as sem que esfriem. No mesmo azeite frite também a moenda das amêndoas, mexendo com cuidado até ficarem com cor par-da-dourada. Junte-lhe um copo de vinho branco, e com este molho regue as duas costeletas. Acompanham com cenouras açucaradas ou com cenouras assadas com mel.

as cenouras açucaradas

(...) descasque algumas cenouras pequenas — três a cinco por pessoa — e corte-lhe as pontas. Numa caçarola com dois copos de água fria, duas colheres sopeiras de manteiga, sal e uma boa colher de açúcar, introduza as cenouras. Sobre este preparado coloque um pano de cozinha ou um papel grosso para funcionar como tampa. Deixe ferver em fogo lento até toda a água se evaporar. Pretende-se que as cenouras fiquem suavemente cozidas e revestidas por uma capa de sal e açúcar (...). Quanto às cenouras assadas com mel ... prepare cerca de meio quilo de cenouras e corte-as às rodela. Ferva, num fogo lento, as cenouras em água e sal. Entretanto, numa assadeira untada de manteiga, coloque as cenouras cozidas pinceladas

com mel — terá de ser um mel muito doce e transparente — e queijo de cabra ralado... e leve ao forno previamente aquecido para gratinar, pelo menos durante dez minutos.

a origem

(...) receitas com que um conhecido meu, das terras de Escalhão a fazer vida por Barca d'Alva, brindava as amantes mais audazes nos prazeres lúbricos, e que resultaram da aprendizagem com a talhadeira que a sua «legítima» visitava na tentativa de despertar os desejos do marido. Contaram-me que a mestria foi tal que até a indómita talhadeira sucumbiu aos próprios feitiços e tornou-se a companhia preferida dos prazeres sexuais deste simpático agricultor. Actualmente, (falamos dos anos oitenta do passado século), já nos seus oitenta anos, com os seus sete filhos mais outros tantos das tais libertinas aventuras e um rosário de netos de que poucos conhece, ainda promete amores ingênuos e professa manjares eróticos (...). A propósito destas receitas que lhe enchiam o peito de uma inocente vaidade, sempre acreditou — porque a sua amiga Sabina, a dita talhadeira, contado por outros, seria bem mais sabedora que a mãe Jasmina nestas coisas da cama e da mesa nas cozinhas eróticas — que a vitela magra, ainda mamona, era o atributo da beleza das guerreiras amazónicas, a córnea cenoura, tal como noutros tempos a pálida cherovia, predispunha as zonas erógenas femininas à mercê da ener-



gia do falo masculino, a magia láctea caprina e as amêndoas traziam boa sorte e afastavam os espíritos maus, enquanto o mel e o açúcar com vinho à fartura ajudavam a enlouquecer a doçura do acto amoroso.

Antes que os calores me apoquentem

deixo para outros escritos os legados gastro-eróticos de Dona Maria Coroado, da bruxa de Valpaços, do druida da Misarela ou dos feiticeiros da Casa Amarela ... as descobertas das cricas com amêndoas no forno ou do pão de queijo com arruda, das mamas de porca assadas ou dos vinagres rosados com amoras silvestres, do vinho de pétalas de rosa meladas... ou o poder da erva-pessegueira e da salsa de burro (...). E se qualquer outra razão não houvesse, deixar-vos-ia ao jeito baudelairiano – «... para que não sejais os escravos martirizados do tempo, embriagai-vos sem ces-

sar: de vinho, de poesia, de amor ou de virtude, à vossa escolha...».

Por agora está tudo dito...

a cozinha é arte, a comida, obrigação, a gastronomia e o vinho, o prazer – a partilha do prazer; por isso, saúdo-vos «bebendo ao luar» ... «ergo entre as flores um copo de vinho/e convido o luar/acabo também por convidar/a minha sombra/mas a lua não sabe beber/e a minha sombra não me consegue acompanhar/companheiros de um instante/a lua/a minha sombra e eu/vamos brindar à primavera/ Enquanto canto/a lua vagueia/enquanto danço/a minha sombra desespera/esqueçamos tudo enquanto estivermos a beber/que cada um se afaste/quando o dia chegar/na longínqua Via Láctea/mais cedo ou mais tarde/nos voltaremos a encontrar... » (do poeta chinês, Li Bai, séc. VII).



António Manuel Monteiro
Engenheiro Agrónomo

| SAÚDE E BEM ESTAR

Consulta do Viajante



Os portugueses sempre tiveram sede de descoberta. Nos dias que correm viajar já não é um luxo, mas não nos podemos esquecer de levar na mala algo bastante importante: consciência e preparação.

Todos os anos, milhares de pessoas partem para destinos tropicais em busca de paisagens incomuns, culturas diferentes, praias idílicas e descanso. O que poucos sabem é que a maior parte das doenças que afectam os viajantes são completamente evitáveis — com a informação certa.

Antes de partir

O erro mais comum é pensar na saúde somente “em cima da hora” ou pior, “quando o azar bate à porta”. A prepara-

ção ideal começa antes da viagem. A consulta do viajante é o momento médico por excelência para todas as dúvidas serem colocadas, e onde o especialista em Medicina do Viajante pode avaliar e enquadrar os factores de risco do viajante com os do destino, alertando sobre cuidados a ter antes, durante e após, para além da recomendação adequada de tudo o que deve adquirir na farmácia.

Fazer a consulta demasiado cedo pode ser uma desvantagem. As alterações climáticas globais, assim como conflitos armados e outros factores têm facilitado o surgimento de surtos em locais e dimensões imprevisíveis. O período ideal é 4 a 6 semanas antes de partir, permitindo uma percepção mais realista dos problemas em tempo real. Esse tempo já prevê a



toma de vacinas ou anti-maláricos, facilitando um aconselhamento tranquilo e garantindo que as vacinas têm tempo para alcançar a sua máxima eficácia, para além de evitar tempos de espera acima da média ou o risco de alguns produtos estarem esgotados.

Mas para além da consulta médica, há muito que pode — e deve — fazer por conta própria:

- Informe-se atempadamente sobre as condições do voo e políticas de cancelamento, e verifique a necessidade de fazer o Visto;
- Descarregue a App Registo Viajante, do MNE;
- Adquira um seguro de viagem - e atenção à cobertura (ou ausência dela...) caso tenha doenças crónicas ou esteja grávida;

- Se viaja na Europa, não se esqueça de pedir - gratuitamente - o Cartão Europeu de Seguro de Doença no site da SS;
- Acompanhe as notícias locais no que toca a factores como o clima, greves ou conflitos.

Água e alimentação

A diarreia do viajante afecta até cerca de 60% dos turistas, dependendo de variáveis como comportamento e susceptibilidade individual, condições no destino e duração da estadia. Não apenas incómoda, pode levar a quadros de desidratação com necessidade de observação hospitalar. O consumo de água engarrafada e de alimentos bem cozinhados resolve muitos destes problemas logo na sua origem, ao limitar a ingestão de microrganismos e toxinas.

Comer na rua não é proibido (aliás, faz parte da experiência de qualquer viagem!), desde que a comida seja preparada com higiene, a quente e servida de imediato. Em qualquer cenário, evitar saladas e descascar a fruta pode ser uma opção sensata.

Mosquitos

O mosquito é o animal mais mortífero do mundo, com até 1 milhão de mortes por ano vinculadas à transmissão de doenças de prevalência e gravidade variável.

Conhecer o comportamento dos mosquitos, assim como evitar a sua picada, é essencial: o mosquito Aedes, responsável pela transmissão de dengue, zika, febre amarela e chikungunya, tem maior actividade durante o dia, en-



quanto que o *Anopheles* (“mosquito da malária”) tem maior actividade nocturna. Ambas as espécies têm picos de actividade ao amanhecer e anoitecer.

São muitas as estratégias de prevenção: no exterior, repelentes para a pele, insecticidas para tecidos, roupas longas e fluídas quando possível e evitar proximidade com zonas de água parada fazem toda a diferença. Entre paredes, redes mosquiteiras nas janelas, portas e/ou camas e uso de ventoinhas e ar condicionado são aliados importantes.

Risco baixo é diferente de risco zero, e por vezes as piores surpresas acontecem. O Brasil é dos países do mundo com mais casos de dengue; onde a febre amarela continua a ser endémica tal como também acontece em muitos países de África. O zika pode trazer consequências graves sobretudo para casais grávidos ou que pretendem engravidar. O Chikungunya é uma doença emergente em vários pontos do mundo e a Malária, que mata mais de 600 mil pessoas por ano (OMS),

continua a ser desvalorizada e a sua evicção prejudicada por mitos associados aos anti-maláricos, perpetuados por más experiências individuais que muitas vezes são decorrentes de uso incorrecto.

Estas doenças têm tempos de incubação que podem variar de poucos dias a semanas - ou até meses, como no caso da malária.

O mar e a montanha

Banhos de água doce — rios, lagos — em regiões tropicais de África e América do Sul podem aumentar o risco de contrair esquistossomose (ou “bilharzíase”), uma doença parasitária crónica provocada por larvas presentes na água contaminada. Andar descalço em praias ou solos sujos pode levar a alterações cutâneas como larva migrans cutânea e tungíase (ou “bicho-do-pé”), ambos tratáveis mas que para além de visíveis, podem ser desconfortáveis.



E se o snorkelling traz muito bons momentos (mas também possíveis queimaduras solares e cortes dolorosos no contacto com corais), para os mergulhadores a prática de scuba-diving deve ser evitada nas 18 a 24h antes de voar. O mergulho deve ser sempre feito junto de entidades certificadas (como a PADI) e obriga a treino e despiste de contra-indicações médicas.

No espectro contrário, destinos de altitude como o Peru, Bolívia, Tanzânia (Kilimanjaro) ou Nepal, por exemplo, devem passar sempre por orientação médica prévia com vista à sensibilização e prevenção de Mal de Altitude ou outros desfechos mais críticos.

Sol e Calor

Com o aproximar do verão, o sol e o calor fazem parte do nosso dia-a-dia e da realidade de muitos portugueses que este ano “vão para fora cá dentro”. Enquanto que o clima nacional é seco, os tropicais são húmidos e com maior predisposição à transpiração intensa.

A insolação e o golpe de calor representam o expoente máximo das alterações provocadas pelo sol e o calor no organismo, e são verdadeiras emergências médicas, ou seja, situações que colocam a vida em risco.

Limitar a exposição solar nas horas de maior intensidade (das 11h às 17h), refrescar as casas protegendo-as do sol, optar por roupas claras e leves, reforçar a ingestão de água mesmo sem sentir sede e evitar o consumo de álcool excessivo ou a prática de exercício durante os períodos de maior calor são medidas muito importantes e que fazem toda a diferença.

Ao chegar

A adaptação a um novo fuso horário, clima e alimentação podem condicionar o nosso bem-estar nos primeiros dias. Hidrate-se bem, faça uma gestão inteligente do café e das horas de sono e tente adaptar a rotina ao destino o mais rapidamente possível.

Se regressar de um destino tropical e desenvolver febre, diarreia persistente, alterações cutâneas incomuns ou qualquer outro sintoma preocupante durante ou após o regresso, deve procurar orientação médica especializada e informar sobre a viagem.

Persiste a ideia, errada, de que “só acontece aos outros”. Mas as doenças tropicais não conhecem fronteiras, nem os seus veículos lêem as placas informativas à porta do resort. Viajar com saúde não é exagero, é segurança. E a preparação não tira a espontaneidade — garante que regressa para contar a história.



Andreia Castro

Médica de Família com pós-graduação em Medicina do Viajante



FUNDAÇÃO AEP

Da Pérola do Atlântico ao Caribe

A história da emigração portuguesa para a Venezuela

Poucas comunidades da emigração portuguesa têm uma identidade tão nítida como a que floresceu na Venezuela. Nascida da Madeira e construída ao balcão das padarias, atravessa hoje um momento de viragem — agravado por uma tragédia natural — que interpela a solidariedade de todos os portugueses.

A emigração portuguesa para a Venezuela inicia-se na

década de 1940 e prolonga-se até meados dos anos 1980. Empurrada pela pobreza, pela pressão demográfica e por um regime que pouco oferecia, encontrou do outro lado do Atlântico um país que precisava de braços.

Nos anos 1950, o boom petrolífero e o impulso modernizador do presidente Marcos Pérez Jiménez abriram as portas a uma vaga de mão de obra europeia: portugueses,

espanhóis e italianos ocuparam, por essa ordem, os primeiros lugares dessa chegada.

A esmagadora maioria partiu da Madeira — a tal «pérola do Atlântico» —, com contributos das regiões de Aveiro e do Porto. Muitos viajaram com a documentação em regra, munidos do «permissão» consular e da carta de chamada de um familiar; outros arriscaram a travessia clandestina, à mercê dos engajadores que prosperavam com a esperança alheia. Em comum, traziam a vontade de trabalhar e a ambição de um negócio próprio.

Começando frequentemente por conta de outrem, os madeirenses depressa se tornaram comerciantes. Dominaram a distribuição alimentar e o retalho de proximidade, fixando na paisagem urbana venezuelana marcas que ainda hoje se reconhecem: as padarias, os «abastos» (mercearias), as «fuentes de soda» de sandes e sumos, os restaurantes, a construção civil e os transportes. O pão português transformou-se quase num símbolo nacional — a prova mais saborosa de uma integração profunda.

Essa integração teve também rosto associativo e econó-

mico. O Centro Português de Caracas, tido como o maior do mundo, chegou a reunir cerca de dez mil pessoas nos dias de festa. Hoje, a comunidade luso-venezuelana é uma das maiores comunidades portuguesas do planeta e a segunda da América Latina: estão inscritos nos consulados de Caracas e Valência perto de 218 mil cidadãos nacionais, num universo que, somando descendentes, se estima em cerca de meio milhão de luso-venezuelanos.

A Constituição bolivariana de 1999 reconheceu a dupla nacionalidade e estreitou os laços de pertença. Mas a partir de 2013-2015, o colapso dos preços do petróleo precipitou uma crise económica, política e social sem paralelo: hiperinflação, escassez de bens essenciais e medicamentos a contar-se a peso de ouro.

A maré que outrora trouxera os madeirenses para o Caribe começou a inverter-se, e milhares de portugueses, luso-descendentes e cidadãos venezuelanos regressaram, sobretudo à Madeira.

Para muitos descendentes, voltar à terra dos avós foi, paradoxalmente, emigrar pela primeira vez.





A 24 de junho de 2026, o destino impôs-se da forma mais brutal. Dois sismos de forte magnitude — 7,2 e 7,5 —, em sucessão de segundos, abalaram o centro-norte da Venezuela, com epicentros próximos de Morón, no estado de Carabobo.

Sentiram-se em Caracas, em La Guaira e em vários estados, e até na Colômbia e no norte do Brasil.

O balanço, ainda provisório e a agravar-se, apontava já para centenas de mortos, e milhares de feridos— entre as

quais portugueses e lusodescendentes.

A Venezuela declarou o estado de emergência.

Seja qual for o desfecho desta nova travessia, há um legado que não desaparece: o das gerações que fizeram do pão, do comércio e da palavra portuguesa uma presença indelével no coração da América Latina.

Honrar essa memória é, hoje, estender a mão — porque a mesma solidariedade que um dia acolheu os nossos emigrantes é a que, agora, somos chamados a retribuir.



Paulo Dinis

Diretor Executivo da Fundação AEP

Obras de Capa 7 anos

A promover arte, artistas, escritores e a língua portuguesa

Carlos Farinha
Ismaël Sequeira
Erika Jâmece
Sónia Aniceto
João Timane
Marcelo Panguana
Cristina Troufa
Pedro Almeida Maia
Michael de Brito
Marina Carreira

GERAÇÃO SEM FRONTEIRAS

Retratos da nova emigração

Rita Pinho, de Oliveira de Azemeis para Brighton

Rita Pinho tem 35 anos. Originária de Oliveira de Azeméis, emigrou para o Reino Unido, mais especificamente para a cidade de Brighton. Formada em Relações Internacionais, gere atualmente projetos de software na área financeira. Partiu há mais de 10 anos em busca de oportunidades profissionais, mas também com o desejo de viver numa sociedade de mentalidade mais aberta.

Ao longo da sua experiência de emigração, construiu uma carreira internacional sólida e desenvolveu uma visão crítica sobre as diferenças culturais, sociais e laborais entre Portugal e o Reino Unido. Nesta entrevista, partilha o seu percurso, os desafios da adaptação, as transformações pessoais que viveu e a forma como vê hoje o seu país de origem.





Foi a sua primeira experiência fora do país ou já tinha vivido no estrangeiro antes?

Já tinha viajado bastante, inclusive já tinha visitado o Reino Unido, mas nunca tinha vivido fora do país. Esta foi a minha primeira experiência a viver fora de Portugal.

Partiu sozinha?

Ao contrário de muitas pessoas que conheço, tive a sorte de emigrar com a pessoa com quem divido a minha vida até hoje.

O que a levou a tomar a decisão de emigrar?

Houve várias razões que me levaram a emigrar, mas as principais foram a busca de uma carreira profissional mais gratificante, tanto do ponto de vista financeiro, como a nível de crescimento e desenvolvimento profissional, mas também a mentalidade portuguesa. Uma grande parte dos portugueses,

particularmente em locais mais pequenos, têm uma mentalidade muito fechada, são pouco abertos à diversidade e diferença, e têm pouca vontade de crescer, o que não me agrada particularmente e não é um ambiente no qual eu goste de me inserir.

Foi uma decisão rápida ou amadurecida ao longo do tempo?

Foi uma decisão que demorou alguns meses a tomar. Não acho que seja uma decisão que se deva tomar de ânimo leve, particularmente se acharmos que temos algo a perder em sair do país.

Teve apoio da família ou encontrou resistência?

Apesar de algumas pessoas na família não terem gostado da ideia, sendo que eu não tinha um trabalho à minha espera nem um plano muito detalhado, tive o apoio da minha mãe, que sempre me apoiou em todas as decisões que tomei até hoje. Ela sempre me deu abertura e apoio para tomar as minhas decisões,

mesmo quando achava que não eram as melhores para mim, sabia que só assim eu poderia aprender e crescer.

Não tinha um plano concreto e foi “à aventura”?

Fui um pouco à aventura, não tinha nenhum trabalho em vista. Também era a altura certa: tinha 25 anos, não tinha nenhuma dependência. Sabia que se por alguma razão não gostasse, poderia voltar a casa. Tinha de experimentar e ver por mim, se conseguia alcançar o que pretendia.

Na altura, sentiu mais vontade de partir ou necessidade de fugir?

Boa pergunta. Não diria que tive vontade de fugir, mas, também não tinha vontade de partir. Simplesmente, na altura, senti que era a melhor decisão a tomar, mediante as minhas circunstâncias pessoais.

O que procurava no estrangeiro que sentia não existir em Portugal?



Procurava um lugar onde pudesse crescer e onde pudesse ser eu sem restrições. Portugal, de forma geral claro, é um mundo muito normativo, ao qual eu não necessariamente correspondo. Existe uma forte cultura de conformidade, algo que nunca me agradou. Eu sempre quis viver de forma livre, em consonância com os meus valores e com aquilo que quero e sinto que devo fazer da minha vida. Também sempre quis rodear-me de pessoas diversas, com diferentes formas de viver e de pensar, algo que, de forma geral, sentia que não existia no meu mundo em Portugal.

Quais eram as suas principais expectativas em relação à vida no Reino Unido?

Por já ter tido a oportunidade de visitar o país, sabia que as pessoas tinham uma mentalidade muito mais aberta à diversidade, o que, como já disse, sempre me atraiu. Tinha também a expectativa de

que, financeiramente, era um país onde havia mais margem para crescer.

Considera a emigração uma solução temporária ou definitiva?

Outra ótima pergunta. Quando vim para cá, pensava que ficaria, no máximo, três anos. No entanto, neste momento, acho que poderá ser uma mudança mais definitiva. Não sei se, daqui a alguns anos, terei vontade de voltar, mas, para já, não tenho grandes planos para regressar. Claro que estas coisas podem mudar. Neste momento, existe um crescimento dos movimentos de extrema-direita, não só aqui, mas um pouco por toda a Europa, com um discurso cada vez mais hostil em relação à imigração. Isso não me agrada particularmente e poderá, com o tempo, influenciar a minha decisão. Mas, por agora, é aqui que me vejo.

Como foi a sua chegada? O que pensou nesse dia?

Foi muito difícil. Uma coisa é viajar de férias; sabemos que vamos voltar. Mas levar a nossa vida toda às costas, é diferente. Criamos expectativas em relação a nós próprios e à nossa família. Sentimos que temos de conseguir construir uma vida mais estável e melhor. Vir sem um plano concreto e deixar a família e os amigos para trás é, sem dúvida, assustador.

Quais foram as maiores dificuldades de adaptação?

Por estranho que pareça, a maior dificuldade inicialmente foi adaptar-me ao tempo. Aqui, o tempo é muito cinzento, temos muito menos horas de sol, e foi algo muito difícil para mim, particularmente nos meses de Inverno. Nunca achei que a falta de sol fosse fazer tanta diferença, mas faz. Ficamos mais tristes. Para além do tempo, em Portugal as pessoas são mais frontais e diretas. Aqui, as pessoas tendem a dar muitas voltas antes de dizer o que querem ou,

simplesmente, nunca dizem exatamente o que pensam. Foi algo a que demorei algum tempo a adaptar-me.

Falava bem Inglês quando foi para o Reino Unido? Isso ajudou?

Sempre falei inglês, desde muito cedo. Aprendi na escola, mas sempre tive contacto com a língua através da televisão, da música e da leitura.

Que estereótipos tinha sobre o país e descobriu que não eram verdade?

Achava que as pessoas eram super educadas, mas mais tarde vim a descobrir que muitas vezes simplesmente não gostam de conflito, por isso adotam uma atitude um pouco mais passiva. Não é de todo uma crítica, é apenas uma característica cultural, como outra qualquer.

Como conseguiu arranjar trabalho e casa?

Procurei bastante online. Como tinha formação e sabia falar a língua, arranjei trabalho logo na segunda semana, a trabalhar numa seguradora. As coisas eram diferentes: na altura, era mais fá-

cil arranjar um trabalho sem experiência, do que nos dias de hoje.

Que imagem têm os ingleses dos Portugueses?

Consideram-nos pessoas muito profissionais, competentes, dedicadas e educadas.

Já enfrentou situações de preconceito ou discriminação?

Sim, enfrentei várias, infelizmente. Lembro-me particularmente de uma situação em que estava no autocarro a falar em português com alguém e um inglês começou a criticar-nos e a gritar para que falássemos em inglês. Nós tentámos ignorá-lo para que a situação não escalasse, já que ele se estava a tornar bastante agressivo. Para além destas situações mais explícitas, sofro regularmente micro agressões relacionadas com discriminação.

Como é o seu dia a dia atualmente?

O meu dia a dia é excelente aqui. Não podia estar mais feliz com a minha decisão de ter emigrado. Tenho um trabalho excelente, trabalho com pessoas

brilhantes. Não foi sempre assim, claro. Demorei algum tempo e muito trabalho para chegar aqui, mas valeu a pena.

Sente que é mais valorizada no estrangeiro do que em Portugal?

Completamente. Pelo que ouço e leio, Portugal continua a não valorizar os trabalhadores, nem financeiramente, nem enquanto pessoas. Existem, claro, algumas empresas que são melhores, mas de forma geral, a remuneração é baixa e o respeito pelo equilíbrio entre a vida pessoal e profissional é pouco. Eu trabalho bastantes horas, mas por gosto. Ninguém aqui nunca me forçou, nem direta, nem indiretamente, a trabalhar mais do que as minhas horas contratuais.

Tem melhores condições de trabalho?

Não tem comparação com Portugal. Claro que a progressão existe para quem trabalha, principalmente para quem sabe movimentar-se nos meios certos, relacionar-se com as pessoas certas e tem capacidade de comunicação, mas esse espaço existe. Em Portugal, por outro lado, o espaço para progressão é reduzido e reservado a poucos.





O que mais a surpreendeu no mercado de trabalho em Inglaterra?

Continua a ser uma surpresa para mim como certas empresas conseguem lucrar tanto e empregar pessoas que, em Portugal, consideraríamos ter um nível baixo ou médio de educação e conhecimentos. Aqui, há muito mais espaço para toda a gente e empresas, com maior ou menor qualidade, continuam a crescer. Em Portugal, é preciso muito mais para uma empresa sobreviver no mercado.

Acha que Portugal mudou desde que saiu?

Sim, mudou bastante, na realidade, infelizmente, para pior. As oportunidades de trabalho bem remunerado são poucas, os preços das coisas são completamente desproporcionais aos salários, a mentalidade portuguesa está ainda mais fechada do que era quando saí, existe uma enorme regressão no país, em vários sentidos.

Se comparar a sua vida cá e lá, quais são as maiores diferenças?

As maiores diferenças são a estabilidade financeira e a mentalidade e abertura à diversidade.

Mantém maioritariamente contacto com portugueses ou com locais?

De momento, tenho amizade com pessoas de vários países, tanto portugueses, como locais.

Como é viver longe da sua família e dos amigos de infância?

É sempre difícil, é uma saudade que nunca parte. Está sempre conosco. Há dias mais difíceis, outros menos, mas faz parte.

O que significa “saudade” para si?

Saudade significa praia, sol, mar, aconchego, abraços apertados, bica e pastel de nata.

A distância afetou as suas relações pessoais ou familiares?

Sim claro, afetou particularmente relações familiares.

No entanto, algumas relações até melhoraram, portanto, sinto que nesse aspecto, estar fora tem as suas vantagens.

Volta regularmente a Portugal? Com que frequência?

Nos últimos anos não tenho ido tanto, a vida não tem permitido, mas em média vou duas a três vezes por ano.

O que sente quando regressa?

Sinto-me em casa, acho que é a expressão melhor para descrever o que sinto. Apesar de todos os aspectos negativos que já referi, continua a ser a minha casa.

Pondera regressar de forma definitiva? Em que condições o faria?

Como disse, talvez. Acho que, para voltar, teria de sentir que tenho estabilidade financeira suficiente para tal. E não, um programa que me ofereça benefícios fiscais durante cinco anos não é, de todo, suficiente.

Acha então que Portugal não oferece condições para o seu regresso?

De todo, nem pensar. A habitação em Portugal custa o mesmo, e os ordenados são muito mais baixos do que no Reino Unido. Neste momento, estaria fora de questão. Com muita pena minha porque adoraria trabalhar no mercado português.

Acha que Portugal valoriza a sua diáspora?

Não, sinto que os emigrantes, assim que saem, são esquecidos. Um ou outro governo tenta lembrar-se, muito de vez em quando, mas o problema de raiz está lá e ninguém vê o grande elefante na sala. Já me chegaram a dizer que corajoso é quem fica e talvez por isso se esqueçam.

Muitas pessoas pensam que somos cobardes, porque não aguentamos ficar no país, mas, na minha opinião, não sabem o que dizem. Emigrar é para os fortes.

Que conselhos daria a jovens portuguesas que estão a pensar emigrar?

Se conseguirem juntar algum dinheiro para sobreviver pelo menos três meses, ou se tiverem sempre a possibilidade de voltar para casa, arrisquem! Não há nada como arriscar e ver no que dá. Para Inglaterra, talvez não de momento, uma vez que, desde o Brexit, tudo se tornou mais complicado, mas existem outros países mais flexíveis nesse sentido.

Vê uma nova “geração de emigrantes portugueses” diferente das anteriores?

Sim, acho que talvez, antes de vir, os emigrantes que vinham para cá, eram maioritariamente para trabalhar na restauração, construção. Hoje em dia, muitas pessoas com um nível educacional muito mais alto emigram em busca de uma vida melhor. Só na empresa onde trabalho, tenho dez portugueses, maioritariamente na área de engenharia.

Os jovens de hoje procuram crescer, ter experiências e vivências diferentes, enquanto que antigamente, as pessoas emigravam apenas pela necessidade de melhorar as suas condições financeiras.

Sente que mudou como pessoa depois de emigrar? Seria uma pessoa diferente se tivesse ficado em Portugal?

Mudei, muito, para melhor eu penso.

Tornei-me uma pessoa mais resiliente, cresci, em todos os aspectos e sentidos. Acho que não teria a resiliência e o crescimento pessoal que adquiri ao viver cá. O contacto com pessoas diferentes, de outras culturas, é muito importante para ganharmos uma outra consciência, um outro olhar sobre a vida e o ser humano. Um olhar mais aberto, mais tolerante.

Se tivesse de enviar uma mensagem aos jovens que vivem e trabalham em Portugal, qual seria?

Não se acomodem. Temos tendência a acomodar-nos à nossa situação, por mais má que seja, mas todos somos capazes de mais e melhor. Basta por-mos a nossa força e dedicação a trabalhar. Procurem mais e melhor, sejam em Portugal ou fora, e sem receio!

Tem algo a acrescentar?

Só queria acrescentar que esta rubrica da revista Descendências é muito relevante. Contribui para que quem está fora do país não seja esquecido. Além disso, ajuda-nos a focar, ainda que por momentos, em problemas graves e, na minha opinião, estruturais do país — como o facto de o governo deixar escapar tanto talento brilhante. Costumo dizer que, se todo esse talento emigrado regressasse a Portugal, o país seria inquebrável!



Lídia Marques
Diretora Cultural AILD



PELA LENTE DE

Ferreira da Cunha



Ferreira da Cunha, à direita, com os jornalistas que fizeram a reportagem do movimento revolucionário, fotografados com os ministros da Guerra e das Colónias
1927-02-07 | PT/AMLSB/EFC/000987 | © Arquivo Municipal de Lisboa



General Gomes da Costa e a oficialidade saindo da tenda de campanha onde foi servida uma taça de champagne, para comemorar a vitória do golpe militar
1926-06 | PT/AMLSB/EFC/000010 | © Arquivo Municipal de Lisboa



Grupo de pescadores poveiros regressados do Brasil, junto ao posto de desinfeção
1920-11 | PT/AMLSB/EFC/002117 | © Arquivo Municipal de Lisboa



Polícia sinaleiro na rua Garret
1928-05 | PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/FEC/000457 | © Arquivo Municipal de Lisboa



Embarcações à vela no rio Tejo
[ant. 1970] | PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/FEC/000214 | © Arquivo Municipal de Lisboa



O Presidente da República, general Carmona, acompanhado pelo ministro das Colónias, Francisco José Vieira Machado, passa revista às tropas
1939-07-02 | PT/AMLSB/EFC/001832 | © Arquivo Municipal de Lisboa



Partida do Navio Colonial
[193-] | PT/AMLSB/EFC/001170 | © Arquivo Municipal de Lisboa



O edifício dos Correios de Lourenço Marques, engalanado e iluminado, por ocasião da visita presidencial do General Oscar Carmona a Moçambique
1939 | PT/AMLSB/EFC/002029 | © Arquivo Municipal de Lisboa



Estação dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques, iluminada, por ocasião da visita presidencial do General Oscar Carmona a Moçambique
1939 | PT/AMLSB/EFC/002027 | © Arquivo Municipal de Lisboa

Álvaro Abranches Ferreira da Cunha (1901-1970) nasceu em Lisboa, a 5 de março de 1901, tendo sido batizado na igreja paroquial dos Anjos, no dia 5 de maio de 1902. Filho de Eduardo Abranches Ferreira da Cunha e de Palmira Aida Martins Neves, recebeu da família uma educação privilegiada. O seu pai foi juiz do Tribunal da Relação do Conselho de Sua Majestade e deputado da Nação.

Frequentou, com distinção, o segundo grau da instrução primária. Em 1911 ingressou no curso de Letras no Liceu Camões, em Lisboa.

Aos 6 anos de idade recebeu a primeira máquina fotográfica, tendo começado a fotografar no seio familiar. Durante o tempo que frequentou o Liceu Camões, Ferreira da Cunha aprofundou os seus conhecimentos técnicos sobre fotografia.

Após a morte do pai, em 1919, matriculou-se no 7º ano do liceu, mas acabou por transitar para o ensino doméstico, em 1920.

Em 8 de dezembro de 1921 casou com Matilde Amélia Pinto, sua antiga colega de liceu. Sendo descendente de uma família abastada, o casal recebeu de presente de casamento uma casa, na rua António Serpa, em Lisboa, mas, por vontade de Ferreira da Cunha, foram habitar na residência de família, na rua Actor Taborda, onde o fotógrafo já possuía a sua câmara escura.

Três anos após a morte do pai, Palmira, sua mãe, volta a casar, e partem para Moçambique onde o marido fora nomeado funcionário da administração. Álvaro e Matilde acompanharam-nos nesta viagem e é lá que nasce a sua única filha, Maria Libânia, no dia 18 de fevereiro de 1924. Durante o tempo que permaneceu em África, Ferreira da Cunha trabalhou como fotógrafo, para a edição de postais. Em meados de 1925 regressou a Lisboa e começou a trabalhar como repórter fotográfico em revistas e jornais desportivos. A qualidade técnica das suas imagens chama a atenção de João Pereira Rosa, diretor do jornal *O Século*, que, rapidamente, lhe dirige um convite para se profissionalizar como repórter fotográfico deste periódico diário. Seguem-se outras colaborações das quais se destacam: em 1928, com o *Notícias Ilustrado*; em 1938, com o *Século Ilustrado*, entre agosto de 1933 até 1970, no *Diário de Notícias* onde assumiu a função de chefe de secção de reportagem fotográfica.

Da amizade que estabeleceu com o realizador de cinema José Júlio Leitão de Barros, Ferreira da Cunha colaborou, também como fotógrafo, nos filmes *Lisboa, crónica anedótica* (1930), *Maria do Mar* (1930), *A Severa* (1931) e *Camões - erros meus, má fortuna, amor ardente* (1946).



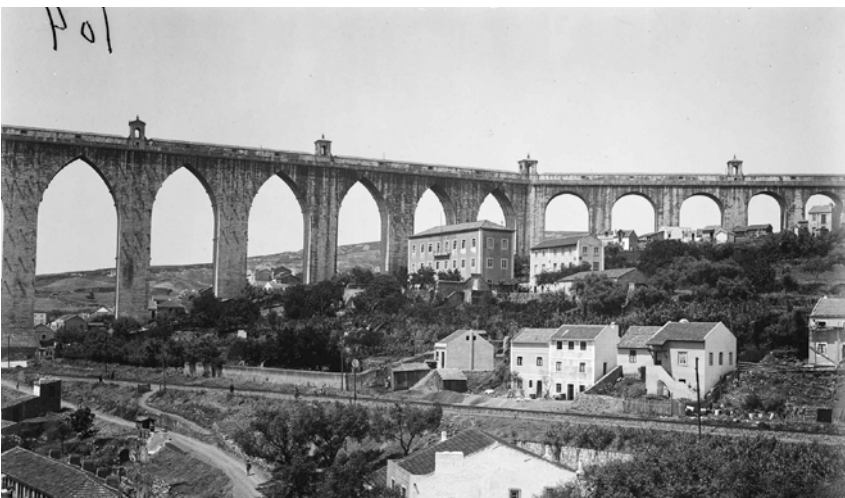
Obras de pavimentação na rua Braamcamp
1946-07 | PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/FEC/000111 | © Arquivo Municipal de Lisboa



Panorâmica de Lisboa, vendo-se Alfama e a Encosta do Castelo
[ant. 1940] | PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/FEC/000382 | © Arquivo Municipal de Lisboa



Avenida Fontes Pereira de Melo, junto ao Marquês de Pombal
[ant. 1940] | PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/FEC/000113 | © Arquivo Municipal de Lisboa



Aqueduto das Águas Livres
[ant. 1938] | PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/FEC/000202 | © Arquivo Municipal de Lisboa



Estufa Fria
[1944] | PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/FEC/000658 | © Arquivo Municipal de Lisboa



Mosteiro dos Jerónimos
[ant. 1940] | PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/FEC/000015 | © Arquivo Municipal de Lisboa

Ferreira da Cunha revelou-se um fotógrafo, não só empenhado na sua carreira profissional de repórter fotográfico, como também demonstrou preocupação pelas condições de trabalho dos seus colegas. Por isso, inscreveu-se como sócio ordinário do Sindicato Nacional dos Jornalistas tendo chegado a pertencer aos corpos gerentes, entre 1936 e 1939. Em 1943 foi convidado a assumir a presidência da Comissão corporativa dos repórteres fotográficos da imprensa diária, tendo como função a apreciação e atribuição de carteira profissional aos novos jornalistas. Foi, ainda, distinguido com o Prémio de Honra da Exposição Industrial Portuguesa, em 1932.

Álvaro Ferreira da Cunha foi um fotógrafo estimado entre os seus pares. Pessoa culta e muito admirada, além de se relacionar com inúmeros fotógrafos, era amigo de escritores, cineastas e artistas plásticos. Foi, também, um apaixonado pela cidade de Lisboa. Integrou o grupo Amigos de Lisboa, sendo o sócio número 168. Foi amigo de Anselmo Franco, André Salgado, Júlio Marques da Costa, Vasco Serra Ribeiro, Firmino Marques da Costa, Armando Serôdio, Judah Benoliel e muitos outros fotógrafos.

Faleceu em Lisboa, no dia 27 de julho de 1970.

O Arquivo Municipal de Lisboa detém, no seu acervo, dois conjuntos documentais de Ferreira da Cunha. O primeiro vendido pelo fotógrafo, entre 1944 e 1952, e após a sua morte pela viúva, entre 1970 e 1971. É constituído por 922 imagens que retratam diversos locais de Lisboa, obras de transformação na cidade, cenas de quotidianos, tipos populares, monumentos e acontecimentos sociais e políticos, captadas até ao ano da sua morte.

O segundo conjunto, com 2272 imagens, captadas entre 1910 e 1940, foi vendido por Matilde à Medipress e é composto por uma coleção de negativos de vidro que o marido tinha organizado. Alguns são da sua autoria e outros são de fotógrafos amigos, que ele foi colecionando ao longo do tempo. Esta coleção foi oferecida ao Arquivo Municipal de Lisboa, em junho de 2000, através da Sojornal – Sociedade Jornalística Editorial, S. A. que havia adquirido a Medipress.

Nos dois conjuntos de imagens os temas mais preponderantes são a cobertura de acontecimentos políticos, acontecimentos sociais, a cidade de Lisboa, o seu património e as vivências sociais e a cobertura da viagem presidencial a Moçambique.

Isabel Corda
Sílvia Reis



VIAGEM LUSITANA

Lisboa, Rainha Menina

Capital de Portugal conta seu Fado

Lisboa – será sempre Menina, porque não casou com Paris. O Tejo abraça a capital de Portugal como se fosse o Xaile Preto da Saudade, enquanto São Jorge, situado na mais alta das 7 colinas da cidade, protege a sua Rainha. Santo António, Padroeiro de Lisboa, também é o Santo Casamenteiro. Porém, Menina para sempre, porque ama seu Fado, que começou a ser escrito longo tempo atrás nas muitas páginas do Livro da História. Silêncio – ao som da Guitarra Portuguesa, canta-se o Fado de Lisboa.

Lisboa – se as Sete Colinas soubessem falar, muito sabiam para contar. É considerada uma das cidades mais antigas do Mundo e outrora das mais importantes de Lusitânia. Seu nome conhece suas origens no tempo dos Fenícios, “Alis Ubbo” (“porto seguro”), por volta de 1200 a. C., dos Romanos, “Olissipo”, e da ocupação árabe, “Al-Ushbuna”. Ao longo do tempo foi adaptado até chegar ao conhecido nome.

1755 após o terramoto renasceu literalmente como Fénix das cinzas. O grande Marquês de Pombal (1699 – 1782), assim como o militar, engenheiro e arquiteto húngaro Carlos Mardel (1695 – 1763), um dos principais autores do Aqueduto das Águas Livres, desenharam e reconstruíram a eterna cidade. Encanta com a sua beleza e homenageia, quem lhe quer bem. No Panteão resguarda os seus heróis, na Ponte 25 de Abril esconde o nome do Ditador, António Salazar, símbolo de um novo rumo que com a Revolução dos Cravos escolheu para o país, nas ruínas do Convento do Carmo realça o testemunho do na altura de 1755 pensado “fim do mundo” e o humor em obras, que parecem infinitas (“Obras de Santa Engrácia”), como foi o caso da Igreja da Santa Engrácia, cuja construção levou, desde a primeira pedra em 1682 até à sua finalização em 1966, quase 300 anos. No entanto, a 29 de abril de 1916 foi atribuído a função de Panteão Nacional – mais alta condecoração monumental não seria possível. Do Mosteiro dos Jerónimos (Durante o reinado de D. Manuel I, no dia 6 de janeiro de 1501, começou sua construção.), ao MAAT (Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia – Inauguração a 5 de outubro de 2016), dos Coliseus (Coliseu dos Recreios em Lisboa – Inauguração a 14 de agosto 1890; Coliseu do Porto/ Porto Ageas – Inauguração a 19 de dezembro de 1941) à MEO-Arena (outrora EXPO 98 – Pavilhão da Utopia), da Torre de Belém (concluída em 1520), outrora uma fortificação de defesa, à Torre Vasco da Gama (EXPO 98), atração turística, é possível ler sobre a evolução da Cidade na direção de tempos modernos ... evidentemente longe do contexto apresentado no filme de Charlie Chaplin.

Somente uma nuance da História de Lisboa. E a Rainha Menina com seu Xaile Preto traçado e sua Guitarra Portuguesa canta nas Casas de Fado da Saudade e no Verão calça as Chinelas para dançar nas Marchas Populares. Quando as luzes brilham ao desafio com as Estrelas, deliciando um Pastel de Belém passeia até ao Terreiro do Paço (início 1498 sob o rei-

nado de D. Manuel I, reconstrução após 1755 e inauguração em 1775), senta-se à beira mar e começa a contemplar de um lado sua histórica cidade e do outro a linha do horizonte onde os navegadores sonhavam conquistar novos Mundos. Novos mundos encontraram o que deu origem a receber o título “Rainha do Mar”, porque começou a ser um dos maiores portos do mundo, que iniciou a globalização e recebia de terras longínquas deslumbrantes riquezas. Verdadeiros sonhos. Sonhos – procurou a Gare de Santa Apolónia (inaugurada em 1865), que durante os anos 1960/70 foi a plataforma do maior Êxodo da Emigração Portuguesa, que levavam na célebre “Mala de Cartão” esperança e coragem, como outrora os descobridores de novas terras. Em frente à estação encontrase o monumento dedicado aos emigrantes (obra de Dorita Castelo-Branco)(inauguração 1981), que também se revelaram/am embaixadores de nossa cultura e história.

Seu olhar recua até ao primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques, que em 1147 conquistou o Castelo de São Jorge (Santo Padroeiro dos cavaleiros e dos cruzados) aos mouros. Uma nova página se virou. Reconhece, que é uma cidade não somente de rosas, mas sim também com espinhos. Sorrisos e lágrimas. Viu o Regicídio (1908 – Rua do Arsenal) do rei D. Carlos I e do Príncipe Real, Luís Filipe, e recorda, que foi na mesma rua, onde em 1974 durante a Revolução do 25 de abril, que a Coluna (Escola Prática de Cavalaria) do eterno Capitão Salgueiro Maia enfrentou as forças leais ao regime, o Regimento de Cavalaria 7. Muitas preces ouviu e muitas pronunciou. Conheceu e conhece desafios, derrotas e vitórias. Mas jamais se deixou vencer ou ceder ao mal para perder a coragem de caminhar.

Sob o céu estrelado contempla a Basílica da Estrela (Construída após um voto de D. Maria I e D. Pedro III – conheceu seu início em 1779.) e revê-se nas figuras alegóricas de Fé, Devoção, Liberalidade (Generosidade) e Gratidão. No entanto, uma pequena lágrima de saudade viaja para os “Quatro cantos do Mundo”, onde se encontram Almas Portuguesas. Descreve sua cidade como lusitana, mas também como cosmopolita. Porém, passeando na sua capital, no silêncio da noite ouvindo as ondas do mar contarem suas histórias, o coração da Rainha Menina Lisboa canta para o mundo seu Fado de Lisboa, que será sempre de Portugal.

Boa Viagem.



Isalita Pereira
Historiadora
Poeta



FALAR PORTUGUÊS

Qual é a língua mais antiga do mundo? II

O basco mudou – e dividiu-se, tal como o latim. O basco falado em família tem diferenças tão marcadas como as diferenças entre as várias línguas latinas.

O basco oficial e ensinado nas escolas é o basco batua, uma norma – um registo escrito e formal e uma linguagem literária – baseada nos dialectos centrais do basco, mas com algumas contribuições

dos outros dialectos. Percebe-se que os bascos tenham criado uma língua unificada – seria mais difícil proteger e promover o basco se este fosse uma colecção de línguas incompreensíveis entre si.

Há também o caso do grego. Mantém o mesmo nome desde a Antiguidade – não é óbvio que é mais antigo do que o português?

Na verdade, um grego de hoje em dia terá tantas ou mais difícil-

dades em ler um texto em grego antigo do que um português em ler um texto latino – o processo de afastamento no tempo é semelhante àquele de que falámos dois capítulos atrás, na nossa viagem ao Brasil.

Houve, na verdade, desde o século XIX até aos anos 70 do século passado, uma tentativa de aproximar o grego moderno do grego antigo – tentou-se impor uma língua literária artificial com algumas formas clássicas. Essa língua artificial chama-se katharevousa, em contraste com o grego demótico, ou seja, o grego da rua que é hoje oficial.

As lutas foram terríveis – houve mortos! A língua grega tem o seu quê de sagrado para os gregos e o katharevousa ia beber à tendência para mitificar a língua do passado como mais perfeita e genuína – é uma tendência universal.

A norma do grego moderno acabou por se libertar desse peso e, hoje, a língua oficial está mais próxima da língua da rua. Ainda há quem suspire pelo regresso da velha língua, mas a verdade é que o grego não ficou parado na Antiguidade e é muito diferente do grego antigo. Tentar mantê-lo congelado é um esforço inglório, que apenas prejudica os gregos.

Todas as línguas são assim – mudam constantemente. É certo que, por vezes, há cortes um pouco mais marcados. Por exemplo, quando uma população assume como sua a língua de outra população – a língua costuma dar então um salto através duma simplificação acelerada.[3] Mas, mesmo assim, uma população nunca cria a sua língua do nada – de certa maneira, uma língua nunca nasce: transforma-se. (Curiosamente, não nasce, mas pode morrer, como vimos na nossa visita à Dalmácia, há já muitos capítulos...)

Falei do basco e do grego para dizer isto: é quase impossível determinar a idade de uma língua. Se usamos o critério do nome da

língua ou mesmo a permanência no mesmo território, acabaremos por considerar que o grego moderno e o grego antigo são a mesma língua. Não faz muito sentido: as diferenças linguísticas são comparáveis às diferenças entre o latim e o português.

Se acharmos que uma língua nasce no momento em que se separa de outra, deixando de haver compreensão mútua, então teremos de falar de várias línguas bascas – e todas bastante recentes. Já o português, nesse caso, terá surgido quando se separou, por exemplo, do galego – e quando foi isso? Já aconteceu?

As línguas são como aquelas bactérias que se multiplicam através da divisão: surgem novas bactérias, é certo, mas nenhuma é mais antiga do que a outra – nenhuma é mãe da outra. As línguas são um bicho esquisito.

Alguém dirá: ora, a língua nasce quando nascem os primeiros documentos escritos. É um critério apetitoso – é concreto, é físico, podemos comprovar a data. Mas, se assim for, a maioria das línguas humanas nunca chegou a nascer.

No fundo, o ponto em que começamos a contar a História de uma língua é sempre uma escolha, tem sempre muito de arbitrário.

Tudo isto pode ser assim, mas o que importa a muitos é a norma associada à língua escrita – e formal, já agora –, ou seja, o registo particular baseado na fala de determinada zona ou grupo social, normalmente o grupo de prestígio que habita nas cidades mais importantes de cada sociedade.

Por outras palavras, quando perguntamos a idade duma língua, estamos a perguntar a idade da tradição escrita e literária dessa língua. Nesse ponto, podemos ter algumas datas: a data em que o português se tornou oficial; a data em que o galego começou a ser usado na literatura; a data em que o irlandês ganhou uma norma escrita...



Marco Neves

Universidade Nova de Lisboa

FISCAL

O IVA a 6%

No último artigo escrevi sobre o novo pacote da habitação e sobre a súbita paixão do Estado pelos senhorios.

Ficou, no entanto, um tema por explorar, talvez aquele que mais entusiasmo gerou entre construtores, donos de obra e futuros compradores:

O famoso IVA a 6%.

À primeira vista parece simples. Em vez dos habituais 23%, aplica-se uma taxa reduzida que pode representar uma poupança significativa no custo da construção. Os portugueses ouviram “IVA a 6%” e pensaram: finalmente uma boa notícia.

O problema começou quando alguém decidiu ler a legislação. Perceber como funciona este benefício é mais difícil do que interpretar um contrato de uma seguradora escrito em latim.

Porque em Portugal uma boa notícia nunca chega sozinha. Vem sempre acompanhada por anexos, portarias, exceções e condições suficientes para transformar um benefício fiscal numa prova de resistência psicológica.

As regras são tão específicas que começam por parecer legislação e acabam por soar às instruções para desarmar uma bomba. Em resumo:

- o imóvel tem de cumprir todos os requisitos;
- o comprador também;
- os prazos nunca podem falhar;

• a utilização da casa tem de ser exatamente a prevista;

• as rendas têm de respeitar determinados limites;

• e suspeito que, se Mercúrio estiver retrógrado, também convém confirmar junto da Autoridade Tributária.

O diploma parte do princípio de que todos os portugueses vivem vidas perfeitamente previsíveis.

Nunca mudam de emprego.

Nunca se divorciam.

Nunca precisam de vender a casa.

Nunca falham um prazo.

O legislador claramente nunca conheceu um ser humano. Porque basta uma condição falhar para o Estado aparecer como um ex-namorado ressentido.

— Lembras-te daquele IVA a 6%?

— Quero tudo de volta.

— Com juros.

É um conceito curioso de incentivo. Primeiro oferecem o benefício. Depois passam anos à espera que alguém se distraia.

A legislação portuguesa tem um talento raro: começa sempre por prometer simplicidade e termina por transformar o contribuinte num concorrente do “Jogo da Glória”.

Avance duas casas.

Entregue uma declaração.

Recue cinco anos.

Perde o benefício.

Volte ao início.

Entretanto, o Portal das Finanças continua fiel à sua reputação. O diploma depende de comunicações, validações, cruzamentos de dados e funcionalidades que, com um otimismo admirável, serão disponibilizadas futuramente.

Nada transmite maior segurança jurídica do que uma obrigação dependente de uma ferramenta que ainda não existe.

A verdade é que a redução do IVA é uma boa medida. Pode incentivar a construção. Pode reduzir custos. Pode aumentar a oferta de habitação. O problema nunca foi a ideia.

O problema continua a ser a irresistível necessidade portuguesa de transformar uma regra simples num labirinto administrativo. Em Portugal, um benefício fiscal nunca pode ser apenas um benefício fiscal. Tem de parecer uma prova de acesso aos serviços secretos.

Se conseguir cumprir todos os requisitos, parabéns. Não acabou apenas de construir uma casa. Acabou de concluir um mestrado em Fiscalidade Aplicada. Com distinção.

Porque, no fundo, o IVA a 6% confirma uma velha verdade nacional. Em Portugal, construir uma casa já é difícil.

Mas perceber se temos direito a pagar menos IVA pode revelar-se uma obra muito mais complexa do que a própria construção.



Philippe Fernandes
CEO Cisterdata



Pronto para tornar sua marca inesquecível?
A Amostra de Letras tem experiência e criatividade para ajudar a sua marca a causar um impacto duradouro. Deixe-nos ajudá-lo a expandir os seus negócios e a posicionar-se no mercado.

Entre em contacto para discutir o potencial da sua marca.
info@amostradeletras.pt

amostra
deletras.pt

Want to live in Portugal?



Get the number one agency

We take care of everything from day one. All the pre departure arrangements, visas, documentations, bank accounts, transportation, health services or schools. All you need to live in Portugal

Ei![®]
Assessoria
Migratória

eimigrante.pt